



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ACTA N.º 5 /2011
SESSÃO ORDINÁRIA
DE 27-06-2011**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta n.º 5 da Sessão Ordinária de 27-06-2011

LOCAL - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

DATA -27 de Junho de 2011-----

INICIO - **Dezasseis** horas-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - Vítor Frederico da Silva Figueiredo Pais.....PSD

1º SECRETÁRIO - António Azenha Gomes..... PSD

2ª SECRETÁRIA - Ana Elisabete Laborda Oliveira..... PSD

MEMBROS - José António Nogueira dos SantosMOVIMENTO FIGUEIRA 100%

João Paulo Correia Rodrigues PS

Lídio Manuel Coelho de Neto Lopes PSD

Anabela Almeida Marques e Gaspar PS

Maria Isabel Gaspar Ferreira de Sousa PSD

António Jorge Rodrigues Pedrosa MOVIMENTO FIGUEIRA 100%

Manuel Simões Mota PS

Tiago Gomes Teodósio Castelo BrancoPS

António Francisco Guerra Padrão PSD

Regina Maria Claro Gomes Roque Esteves Traveira .. MOVIMENTO FIGUEIRA 100%

Nelson César Santos Fernandes CDU

Maria dos Prazeres Alves de F. de Mendanha e Albergaria PS

David Manuel Fajardo Azenha PSD

Fortunato Carlos Alves da Costa PS

Joaquim das Neves Bertão MOVIMENTO FIGUEIRA 100%

Francisco Nuno Costa de Melo BiscaiaPS

Marina Resende Gomes da Silva PS

João Paulo Águas Tomé Ferreira dos SantosBE

Delfim Correia Dias MOVIMENTO FIGUEIRA 100%

Júlio José da Rocha BertãoPS

Manuel António Fernandes Domingues PSD

Mafalda Sofia Mendes Azenha PS

Maria Margarida de Oliveira Monteiro FontouraPSD

Jorge Manuel Oliveira BarralPS

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadas) Jorge Manuel Rocha Oliveira PSD

(Alqueidão) Maria Caeiro Marques Simão PSD

(Bom Sucesso) Dário Figueiredo Acúrcio PSD



(Borda do Campo)	José António Carvalho Gaspar	PS
(Brenha)	Fausto Fernando Santos Loureiro	PS
(Buarcos)	José Manuel Matias Tavares	PS
(Ferreira-a-Nova)	Euclides Pagaimo de Jesus Frade	PSD
(Maiorca)	Filipe Humberto Mateus Dias	PSD
(Marinha das Ondas)	Manuel da Conceição Rodrigues Nada	PS
(Moinhos da Gândara)	Paulo Manuel Querido Rodrigues	PSD
(Paião)	João Paulo Gonçalves Pinto	PS
(Quiaios)	Carlos Manuel da Silva Rabadão	PSD
(Santana)	Fernanda do Rosário Oliveira	PSD
(S. Julião)	Fernando Góis Moço	PS
(São Pedro)	Carlos Manuel Azevedo Simão	INDEPENDENTE
(Tavarede)	Rui Miguel Jordão Jesus Bronze	PS
(Vila Verde)	João Filipe Carronda da Silva Antunes	PS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

SUBSTITUIÇÕES

Foram substituídos os membros: Adelino da Costa Pinto por Tiago Gomes Teodósio Castelo Branco, António Manuel Pereira Simões por Júlio José da Rocha Bertão, Luís Nuno de Almeida e Castro por Jorge Manuel Oliveira Barral, Victor Manuel dos Santos Madaleno por Rui Miguel Jordão Jesus Bronze, Elisa Maria Coimbra Matos por Regina Maria Claro Gomes Roque Esteves Traveira, Carlos Alberto Pais dos Santos por Joaquim das Neves Bertão e Isabel Maria de Oliveira Ferreira Gonçalves Coimbra Barriga por Delfim Correia Dias.-----

FALTAS

Faltou o Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, José Elísio Ferreira de Oliveira.-----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS

Justificaram as faltas os membros: Adelino da Costa Pinto, António Manuel Pereira Simões, Luís Nuno de Almeida e Castro, Victor Manuel dos Santos Madaleno, Elisa Maria Coimbra Matos, Carlos Alberto Pais dos Santos e Isabel Maria de Oliveira Ferreira Gonçalves Coimbra Barriga.-----

A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - LEITURA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

PRIMEIRO SECRETÁRIO, deu nota da correspondência recebida, designadamente, de um ofício da empresa Águas da Figueira S.A. dando conhecimento de uma reclamação do



município Manuel Fabrício Santos, bem como, dos órgãos do Ministério das Obras Públicas e dos Grupos Parlamentares do Partido Social Democrata, dos Verdes, do CDS - Partido Popular, e do CDU - Coligação Democrática Unitária, comunicando a recepção da moção aprovada na sessão da Assembleia Municipal da Figueira da Foz de 29 de Dezembro de 2010, sobre a Linha da Beira Alta.-----

Informou, ainda, que a Assembleia Municipal se fez representar em alguns eventos, comemorações e efemérides para os quais foi convidada por diversas colectividades e outras organizações.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse: "Antes de passar à aprovação das actas, queria comunicar-vos que a funcionária desta Assembleia, Paula Oliveira, terminou as suas funções de forma um pouco inesperada, por motivos de doença. De facto, o seu vínculo laboral de contrato de trabalho terminaria em Agosto, estando já prevista a sua substituição, mas esperava-se que a passagem das suas funções para quem a substituísse fosse mais tranquila. Contudo, as coisas não sucederam desta forma e a sua súbita baixa por doença obrigou à sua substituição imediata por outra funcionária, causando algumas falhas no apoio administrativo à Assembleia Municipal. Deste facto quero pedir desculpa a todos os Senhores Deputados, solicitando-lhes também que me reportem quaisquer deficiências sentidas no serviço prestado ou que venha a ser prestado."-----

1.2 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES DE 25 E 29 DE ABRIL DE 2011

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, afirmou: "Coloco agora à apreciação dos Senhores Deputados a votação da acta da sessão da Assembleia Municipal de 25 de Abril de 2011, entretanto distribuída por todos."-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com quarenta votos a favor (dezoito do Partido Socialista, dezassete do Partido Social Democrata, dois do Movimento "Figueira 100%", um do CDU - Coligação Democrática Unitária, um do Bloco de Esquerda e um dos membros independentes) e quatro abstenções dos membros do Partido Socialista, João Paulo Rodrigues, e do Movimento "Figueira 100%", Regina Esteves Traveira, Joaquim Bertão e Delfim Dias, aprovar a acta da sessão extraordinária de 25 de Abril de 2011.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, continuou dizendo: "Passamos agora à votação da acta da sessão da Assembleia Municipal de 29 de Abril de 2011."-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com quarenta votos a favor (dezoito do Partido Socialista, dezassete do Partido Social Democrata, dois do



Movimento "Figueira 100%", um do CDU - Coligação Democrática Unitária, um do Bloco de Esquerda e um dos membros independentes) e quatro abstenções dos membros do Partido Socialista, João Paulo Rodrigues, e do Movimento "Figueira 100%", Regina Esteves Traveira, Joaquim Bertão e Delfim Dias, aprovar a acta da sessão extraordinária de 25 de Abril de 2011.-----

2 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, comunicou: "Uma vez que nenhum Municípe se inscreveu para usar da palavra, passamos de imediato ao ponto três, relativo aos assuntos gerais de interesse para o Município."-----

3 - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

Manuel Domingues, falou: "Na sessão de 29 de Abril de 2011, a minha intervenção mereceu algumas críticas do deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde, João Carronda, não só em relação à minha pessoa mas também em relação às afirmações produzidas."-----

Argumentou, a certo ponto, que só apontara Juntas de Freguesia do Partido Social Democrata, o que não é verdade, porquanto, conforme consta em acta, falei das Juntas de Freguesia do Bom Sucesso, Ferreira-a-Nova, Santana, Paião, Borda do Campo e Marinha das Ondas, e tanto quanto sei, estas três não são do Partido Social Democrata, mas sim do Partido Socialista.-----

Posteriormente, no decurso da sua intervenção o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde, João Carronda, afirmou que eu dirigia um pelouro e dirigia a Câmara Municipal, coisa que nunca ocorreu pois, nunca fui Vereador na Câmara Municipal da Figueira da Foz, nunca detive qualquer pelouro, nem conduzi os seus destinos."-----

Tanto quanto sei quem preside à Câmara é o seu Presidente coadjuvado pelos Vereadores, podendo neles delegar ou subdelegar as suas competências próprias ou delegadas. De facto, à data a que o deputado João Carronda se reportava, era Presidente o Eng.º Duarte Silva e os pelouros foram distribuídos de acordo com a sua vontade e cumprindo os normativos legais."-----

Confesso que continuo sem perceber as suas palavras, quando disse que para conduzir o pelouro fui afastado."-----

Nuno Biscaia, referiu: "Em primeiro lugar desejo que o Presidente da Assembleia Municipal, Deputados, Presidentes de Junta, Presidente da Câmara, Vereadores e representantes dos órgãos de comunicação social presentes, tenham tido um óptimo feriado Municipal e estejam a aproveitar os festejos municipais."-----



Pretendo apresentar um requerimento ao Presidente da Assembleia Municipal a solicitar alguns esclarecimentos à Câmara, por nós considerados pertinentes, em relação a um Protocolo celebrado entre a Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Entidade Empresarial Municipal e empresa Hagen - Imobiliária, S.A.-----

Soubemos da existência deste protocolo outorgado durante o mandato do anterior executivo, visando a construção de habitações sociais a custo controlado, na zona denominada de Matiôa. Segundo consta do processo subjacente à elaboração do dito protocolo, este ascenderia a 4,4 milhões de euros, e não terá sido sujeito a concurso público quando a lei a tal obrigava.-----

Assim, no respeito pelo compromisso assumido em prol da verdade e da transparência para com todos os Figueirenses, o Partido Socialista solicita ao Presidente da Assembleia Municipal que requeira ao órgão executivo municipal, resposta para as seguintes questões:-----

1 - Qual o montante exacto do protocolo outorgado entre a Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Entidade Empresarial Municipal e empresa Hagen - Imobiliária, S.A.?-----

2 -Pormenorizadamente qual o objecto do mesmo?-----

3 - Quais os procedimentos pré-concursais e concursais que o precederam?-----

4 - Foi solicitado algum parecer jurídico sobre tal matéria e, em caso afirmativo quais as conclusões do mesmo?-----

O esclarecimento destas questões contribuirá decisivamente para uma melhor percepção do processo em si, da legalidade do mesmo e, caso contrário, possibilitará o apuramento de eventuais responsabilidades.-----

Lídio Lopes, disse: "O Partido Social Democrata não colocará qualquer objecção a este requerimento apresentado pelo Partido Socialista. Somos apologistas do esclarecimento exaustivo e da absoluta transparência da administração e gostava que o Presidente da Câmara se debruçasse sobre ele e se pronunciasse.-----

Mafalda Azenha, interveio: "O Partido Socialista da Figueira da Foz quer congratular o Executivo Municipal pelo célere encaminhamento que deu à sua proposta de redução do tempo de estacionamento pago na baixa da cidade, publicada no dia 21 de Janeiro de 2011. Esta proposta visa compensar o comércio tradicional pela abertura dos hipermercados ao Domingo e subdividia-se em duas vertentes, uma correspondendo à redução do estacionamento tarifado estabelecendo como limite as 18 horas durante a semana e, a outra, a um estudo da viabilidade



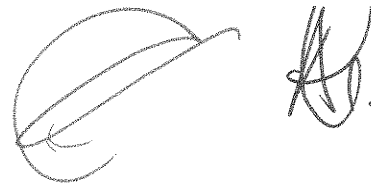
de isenção de pagamento aos sábados de manhã.-----
De facto, é com apreço que o Partido Socialista verifica estar já prevista a isenção de pagamento de estacionamento nos dias úteis a partir das 18 horas até às 20 horas, e a partir das 12 horas aos sábados. Foi também com agrado que o Partido Socialista viu esta isenção ser alargada aos utilizadores de um passe ferroviário ou rodoviário e que deixam a sua viatura no parque camarário junto à estação dos Caminhos de Ferro, parecendo-nos uma medida acertada e justa para quem trabalha fora da cidade e utiliza o comboio ou o autocarro.-----
São medidas de louvar pela diferença positiva que representam na procura do comércio tradicional, por questões ambientais e pelo incentivo à utilização de transportes públicos, todas elas concorrendo para ajudar a difícil economia das famílias."-----

João Paulo Tomé, declarou: "Gostaria de fazer uma intervenção de carácter político. O país vive ao sabor de troikas e a nível autárquico é preciso salvar o futuro das nossas terras e das nossas gentes. Há que alterar a forma política desta casa, ou seja, temos que ser a nossa própria troika, temos todos de encontrar soluções credíveis e passíveis de acordo interpares, para construir o futuro dos nossos filhos e dos nossos netos, porque o nosso já está empenhado.--
Medicamente falando a Câmara Municipal da Figueira da Foz está em coma induzido e a não acontecer uma intervenção multipartidária e multidisciplinar, arriscamo-nos a que o "paciente" possa não acordar. Desejaria que todos pudessemos interiorizar esta a realidade e procedêssemos de acordo com ela."-----

Marina Resende, "saudou todos os presentes e afirmou: "Durante seis anos de governação socialista muitas foram as obras estruturantes levadas a cabo no Concelho da Figueira da Foz.-----
Realço aqui o traçado da IC8 ligando Outeiro a Pombal, a construção da A17, da variante de Tavarede, da Ponte dos Arcos que melhorou a mobilidade e acessibilidade à margem sul do Concelho, da Central Termoeléctrica de Lares e dos armazéns do Portinho da Gala.-----

Saliento também as obras de melhoramento do Porto da Figueira da Foz e do prolongamento do Molho Norte, que contribuíram significativamente para melhorar as condições de navegabilidade e permitiram a possibilidade de atracamento de barcos de grande dimensão.-----

Sublinho ainda as obras do Centro Escolar de Tavarede, de S. Julião, do centro de formação da Guarda Nacional Republicana e o novo pavilhão de urgências do



Hospital Distrital da Figueira da Foz.-----
Esperamos que o novo Governo dê continuidade às obras iniciadas pelo Partido Socialista, salvaguardando um conjunto de obras já previstas e de grande importância para a Figueira da Foz. Refiro-me à reestruturação das Escolas Dra. Cristina Torres e Dr. Bernardino Machado, à construção das Unidades de Saúde de Lavos e das Alhadas.-----

Desejamos que os fundos da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego se mantenham, não sofram reduções e os compromissos sejam cumpridos para bem da Figueira da Foz."-----

Lídio Lopes, respondeu: "Registo este rol de obras que o Partido Socialista hoje aqui trouxe, sendo certo que a paternidade das obras, da dimensão que elas têm, é sempre muito relativa e é quase um hábito ser assumida por quem as termina.---
Recordo que foi exactamente neste mesmo Salão que assistimos à assinatura da obra da A17, com a presença do Primeiro Ministro, bem como, do Ministro João Cravinho visitar a Figueira da Foz para tratar do processo de construção da IC8. Portanto, a paternidade das obras releva na votação aquando das eleições e o que o Partido Socialista nos está a querer dizer é que o povo da Figueira da Foz é muito ingrato, tão ingrato que deu a maior vitória em 1999 ao Partido Social Democrata. Com tanta obra feita pelos socialistas, povo da figueira dá em 18, 15 vitórias em freguesias, ou seja, concede a vitória esmagadora ao Partido Social Democrata na área urbana e na área rural.-----

Este Governo tem de avaliar muito bem as PPR as PPT as Publico ou Privado e vão ter que ser muito bem avaliadas tal como esta câmara está a fazer em relação a outras coisas que vinham do passado porque as obras tal qual estavam a ser feitas por exemplo na escola e no liceu significam para o estado Português um empréstimo ao estrangeiro para que elas pudessem ter feito, em relação à SIN ,nós estamos na Sin e pela Sin o senhor presidente da do órgão executivo que até é socialista não se tem queixado antes pelo contrário ainda agora fez uma apresentação publica de uma nova imagem e dos projectos que vai fazer e amanhã temos a assembleia intermunicipal e aí teremos oportunidade de falar sobre estes projectos á uma coisa que este governo não nos vai fazer é a continuidade daquilo que o governo do socialista nos deixou e aquilo que o PS aqui nos disse relativamente á gestão anterior do partido social democrata na Câmara é que a festa acabou e como a festa acabou vamos ter de cumprir a troika negociada pelo partido socialista e por nós a concordar e vamos ter de ir muito mais longe e



muito mais além do que aquilo que aconteceu no primeiro semestre e primeiro trimestre em relação às contas públicas é a comprovação do desastre e se o doente como dizia o bloco esquerda da Figueira da Foz não for bem tratado qualquer dia morre bem igual para o país o doente país se não for tratado e se não acabar a festa que havia qualquer dia também morreria".-----

Presidente da Assembleia: "Senhora Deputada, se faz favor".-----

Marina Resende - interveio dizendo: "Se me permite, sobre a minha intervenção não trouxe aqui obras do partido socialista, porque as obras já foram feitas, não foram trazidas aqui hoje.-----

Limitei-me a enumerar obras que já foram feitas pelo partido socialista, mas que a única coisa que disse foi que aguardamos que as obras que foram iniciadas, continuem a ser levadas a cabo a bem do Município, por outro lado ninguém está aqui a discutir nem a paternidade nem a maternidade de obra, nem a favor de uma discussão de resultados eleitorais, estamos a fazer uma avaliação da obra que foi feita e que é necessário fazer no Concelho da Figueira da Foz, não estamos a discutir resultados a nível Nacional de votações, estamos a falar do Concelho da Figueira da Foz, só".-----

Presidente da Assembleia, "disse Deputado João Carronda se faz favor".-----

João Carronda, interveio dizendo: "Inicialmente queria fazer uma intervenção em relação ao companheiro Manuel Domingues membro desta Assembleia Municipal, com quem já lido à muitos anos e porque muitas das vezes as coisas podem ter sentidos diferentes, percebo e percebi perfeitamente bem, o sentir-se menos bem menos confortável perante uma intervenção que tive no passado, mas também, já tive o cuidado de falar com ele, escuso-me de estar aqui na Assembleia a fazer qualquer comentário sobre quais foram as intenções, e penso que está completamente esclarecido entre mim e o Manuel Domingues de qual foi o meu sentido na minha intervenção.-----

E se me permite, se andou mais um bocadinho, fazia aqui mais 2 ou 3 pontos de ordem se me fosse possível, 1º não terei que lembrar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, aliás para mim é inédito que quando se faz um requerimento, se vá dizer à pessoa a quem ele é dirigido publicamente diga o que é que pensa do requerimento. O requerimento é feito e apresentado, e serão apresentadas as conclusões do requerimento, não estou a ver, uma coisa é um debate a outra é um requerimento, diga já o que é que tem a dizer do requerimento, para mim isto também é novo e não vamos estar aqui com tantas



ânsias.-----

Lídio Lopes, interveio dizendo: "Gostava de dizer aqui uma coisa, em relação ao passado, o nosso actual 1º Ministro disse que não iria falar dele, não se iria refugiar nas condições da herança, à uma coisa que vou estar atento, essencialmente às bancadas desta Câmara, o que é que vai ser exigido para o futuro pelo próprio PSD, porque muitas das coisas, ao longo dos tempos foram fugindo da Figueira, a Maternidade, não tenhamos medo de falar, os pólos universitários, a Universidade Internacional e outras mais valias, vamos ver se as conseguimos recuperar, vamos ver se os argumentos que se tinham na altura se conseguem recuperar e corrigir aquilo, que na altura, se dizia que estava mal com manifestações públicas de algumas personalidades que se encontram nesta sala, e portanto fico à espera disso, sendo certo que hoje em dia temos uma coisa, quem não foi sujeito a escultinho impôs as regras, chamem-lhe trio virado chamem-lhe troika e essa é que é a realidade, há sempre esse refugio, muitas delas que se está a cumprir o acordo feito pelos principais partidos e com responsabilidade até neste País, porque houve alguns que entendiam que na altura era uma responsabilidade, não dizerem bom dia aos senhores e hoje dizem que até perderam muitos eleitores por não terem dado o passo de irem cumprimentar as pessoas e por o seu ponto de vista, mas também à quem não foi e não perdeu tantos votos, portanto a questão dos votos, também me quero congratular com o resultado do PSD na Figueira, felicitar o resultado do PSD na Figueira da Foz porque não, teve um bom resultado no Concelho da Figueira da Foz, mas também quero dizer uma coisa, com tudo aquilo que se disse do partido socialista e do Engenheiro José Sócrates, sinceramente pensei que quase que desaparecesse, se não desapareceu agora se com tudo aquilo que foi cometido, tudo aquilo que foi atirado à cara á memória das pessoas, se mesmo assim o partido socialista resistiu até onde resistiu, pergunto o que é que é necessário para que o partido socialista, de facto, caia na desgraça como parecia anunciado, contrariamente às sondagens. As sondagens valeram aquilo que valeram na freguesia de Vila Verde, manteve-se uma tradição, felicito o PSD por essas vitórias, mas elas não podem só ser, pegar no chavão e na madeira e dizer ganhamos, temos que ver com esse resultado o que é que se vai trazer de bom para o Concelho da Figueira da Foz".-

Presidente da Assembleia, disse "Senhor Deputado António Pedrosa".-----

António Pedrosa - interveio dizendo: "No dia 29 de Abril, a bancada do Partido Socialista fez uma referencia à questão do estacionamento, gostaria de recordar,



até porque não está em causa a paternidade nem a maternidade, muito menos a maternidade que já fechou na Figueira da Foz, portanto, não está em causa a maternidade da ideia de isentar e criar condições, de forma a possibilitar a que as pessoas visitem e comprem no comércio tradicional, o que está em causa é que o Movimento Figueira 100% também o fez em sede própria e era bom, sempre que vimos defender obras ou propostas, que reconhecemos que há aqui um conjunto de forças que estão interessadas no bem da Figueira da Foz e não que há uma força que, de vez em quando, na Assembleia Municipal devia referir que fomos nós que fizemos ou fomos nós que deixamos de fazer, a Figueira da Foz não está isolada do Distrito, não está isolada do País e muita obra foi feita, seja pelo Governo do PSD, seja pelo Governo do PS, agora, alguém vai ter de a pagar e quero ver quando vier a factura se vão dizer que fomos nós que fizemos a obra ou não, acho que chega nesta Assembleia Municipal de usarmos este espaço como caixa de ressonância daquilo que ouvimos lá fora e o que vamos falando em sede própria, acho que era interessante, uma vez por todas, nós percebermos se efectivamente as propostas que trazemos aqui, aquelas que são feitas pelo executivo, pelas várias forças partidárias estão ou não ajudar a Figueira da Foz, a Região e o País, portanto, se nós continuarmos com esta história da paternidade e maternidade, não sabemos quem é o pai da criança, como diz a banda da musica popular, nunca vamos saber porque uns lançam uns executam e outros pagam, portanto, vamos ver se uma vez por todas, nos concentramos naquilo que é essencial e não naquilo que é acessório".-----

Presidente da Assembleia - "disse: Deputado Tiago Castelo Branco, faz favor".---

Tiago Castelo Branco - interveio dizendo: "Efectivamente, o partido socialista reconhece os resultados eleitorais como não podia deixar de ser pela voz do nosso camarada de bancada Carronda solicitar o PSD com os resultados, reconhecemos e o povo é soberano e portanto quanto a isso é um facto, apenas uma nota, dizendo que temos assistido ao longo dos anos uma certa perda de influencia das forças politicas locais, hoje reparamos após as ultimas eleições legislativas, que da figueira da Foz apenas um Deputado foi eleito, bem sei que as listas são do circulo de Coimbra, mas da Figueira da Foz apenas um Deputado foi eleito João Portugal pelo partido Socialista, lamentamos que o PSD local tenha perdido a influencia, quer a titulo Distrital quer a titulo Nacional, e não tenha conseguido colocar em lugar legível, um deputado, para que juntamente com os outros deputados das forças politicas, nomeadamente o PSD, pudessem junto



da Assembleia da Republica exercer o seu magistério de influencia".-----

Presidente da Assembleia - disse: "Deputado João Paulo Tomé".-----

João Paulo Tomé - interveio dizendo: "Parece que estive a pregar aos peixes à pouco e os peixes não saltam para dentro da barca, acho piada a esta questão de continuarmos aqui dentro a pensarmos em paternidades e maternidades, das coisas, posso lhe dizer por exemplo que sem ter ido para a cama com nenhuma destas mulheres já sou pai de 11, e não fui eu que os fiz, ajudei que eles tivessem viabilidade e é isso que todos nós devíamos estar aqui a fazer, tornar viável o que interessa para o futuro, o passado apenas nos interessa a não repetirmos erros, o resto é pura poesia da mais barata, desculpem que vos diga, e já agora quando chegar-mos às votações, não se esqueçam de que abster-se é reconhecer que não se tem uma solução melhor e votar contra só com a apresentação de uma proposta concreta, alternativa a outra maneira estarmos aqui a enchermos pneus".

Presidente da Assembleia - Disse: "Deputado Manuel Domingos, se faz favor".-----

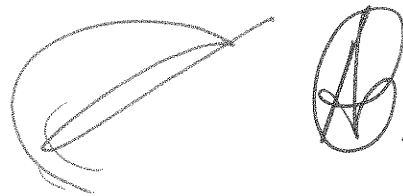
Manuel Domingues - interveio dizendo: "Só deixar aqui só mais um reparo, na última Assembleia Municipal o fiz ao Senhor Deputado João Pedrosa, é que uns fazem outros executam e todos pagamos, não é os outros pagam, todos pagamos, já na última Assembleia aqui se dizia o PSD lançou, PS paga, não mas acho que todos pagamos, senão, como dizia o deputado Nelson Fernandes, me diga onde é que estão as minhas isenções se não somos todos a pagar, era só isto, quanto ali ao senhor líder da bancada do PS, Nuno Biscaia, penso que o resultado eleitoral, reflecte o sentimento do País, o PS perdeu o PSD ganhou, colega de bancada do PS, o PSD ganhou o PS perdeu, foi a vontade do povo e do País, quanto ao PSD a nível da Figueira, tinha um Deputado, deixou de o ter, tem uma pessoa que penso que está à porta para entrar como deputado, mas tem um distrito uma representação que não deixará ficar a Figueira digamos para trás".-----

Presidente da Assembleia - disse: "Senhor Deputado Lídio Lopes".-----

Lídio Lopes - interveio dizendo: "Aproveito e deixo já as minhas notas, uma tem haver com o Deputado Carronda outra tem haver com esta última intervenção. Senhor Deputado, isto não é uma questão de ânsias, obviamente que não é uma questão de clarificação e de transparência e de conhecimento, o Senhor Presidente da Câmara sabe bem deste dossier da Hagen, o Senhor Presidente da Câmara levou à reunião de Câmara e foi aprovado em reunião de Câmara por todos os Senhores Vereadores, a anulação desse contrato e a levar para diante um conjunto de procedimentos na consequência desse procedimento de anulação e port



o que gostava de ouvir é exactamente o que ele nos tem para dizer, ou porque ele pode não querer dizer nada, mas o que é que ele tem para nos dizer, sobre este contrato da Hagen, que é só para ficarmos aqui com esta clarificação, que parece-me a mim, um pouco falta de solidariedade do Partido Socialista com o seu próprio Presidente da Câmara, mas é opinião minha, provavelmente nossa, aqui colocar um requerimento a solicitar um conjunto de informações que o Senhor Presidente já deu em reunião de Câmara, exactamente quando levou à Câmara este assunto e sua proposta para votar num determinado sentido, mas isto das solidariedades do Senhor Presidente da Câmara é vosso não é nosso, agora em relação à questão pode até aproveitar-se e, na sequência do requerimento, fazer outro e solicitar ao Senhor Presidente do Ministério Público, qual foi o resultado do inquérito que fez com Polícia Judiciária, exactamente a esse dossier que é para ver onde é que estão as ilegalidades, o que nós também vamos querer saber do processo da Figueira Domus, que levou à reprovação das contas em reunião de Câmara qual é o estado onde é que ele foi, foi à Inspecção Geral de Finanças, mas para saber como é que se resolve para a frente, não nós queremos saber o que é que se fez a trás, o ter ido à Inspecção Geral das Finanças não significa que ele não deva ser enviado ao Ministério Público, as responsabilidades ou para que ele se archive, e a transparência para que todo o procedimento fique claro e saibamos todos, que afinal não houve nada, muitos andam hoje aí a pensar que há alguma coisa e estamos aguardar, mas gostávamos também de saber como é que está o processo que levou à votação em reunião de Câmara, por maioria contra à reprovação das contas da Figueira Domus e, esse processo sim, também nós queremos saber, quanto às eleições importa sublinhar, a forma cívica de todos os eleitores, que fizeram o seu voto e, expressar a sua opinião numa democracia e devia requerer o voto de todos, mas as eleições é o resultado da vontade do Povo, fiquei muito sensibilizado com a preocupação da força política do PSD no conjunto da Assembleia da República, ou do Governo e fique muito sensibilizado, porque fiquei tão triste quando nós de facto tínhamos três Secretários de Estado, nunca ficaram tão contentes hoje, ficam preocupados com a nossa força noutro tempo muito recente, não ficaram felizes pela nossa força, acho que a vossa força ou a vossa satisfação é na razão directa da nossa participação ou não nas coisas, mas isso fica connosco, vocês têm lá o deputadozinho, deputadozinho no bom sentido do termo, têm lá o Senhor Deputado, quando eu digo Deputadozinho toda a gente percebeu que não tem nada a ver com a



pessoa, nem tem nada a ver com o exercício da função, tem a ver com o número, têm um Deputado, vamos ver o trabalho que ele irá desempenhar enquanto deputado da oposição, porque o trabalho que ele desempenhou enquanto trabalho do poder, nós conseguimos ver nos relatórios da Assembleia da Republica".-----

Presidente da Assembleia - disse: "Senhor Deputado Nelson Fernandes, se faz favor".-----

Nelson Fernandes - interveio dizendo: "Senhor Presidente neste campeonato da euforia do PSD e do PS, já dei e os senhores esquecem-se é de discutir quem é que acabou com a indústria, com as pescas, com a agricultura, quem é que fez mais parcerias público privadas, quem é que aumentou mais o défice das contas públicas, quem é que aumentou mais a dívida externa, quem encerrou mais maternidades ou escolas, quem vai em função do acordo que ambos assinaram para diminuir o financiamento das Autarquias Locais e quem vai promover o desemprego com as medidas da troika, esta discussão é que era uma discussão mais saudável e que nos permitiria a todos situar-nos no país real onde nós, na realidade, estamos, sendo assim, e em relação ao futuro vamos ter uma situação absolutamente inédita, que é um governo constituído por uma maioria estável e querente e uma oposição limitada aos partidos minoritários, claramente o PCP e o Bloco de Esquerda, porque o PS não tem possibilidades nenhuma de fazer oposição, uma vez que está amarrado ao acordo que assinou com o PSD, isto gostava de ver discutido, mas infelizmente estão a discutir lugares e quem pagou fomos nós todos".-----

Presidente da Assembleia - disse: "Senhor Deputado Nuno Biscaia".-----

Nuno Biscaia - interveio dizendo: Só para responder ao Senhor Deputado Lídio Lopes, relativamente ao requerimento que a bancada do Partido Socialista entregou á mesa de Assembleia Municipal, nada mais é solicitado do que uma melhor informação relativa ao processo do dossier do protocolo com a Hagen, não há qualquer falta de coordenação, nós já estamos habituados a estas redes políticas ou a estas trocas de palavras, a estes bailados do Dr. Lídio Lopes, que com certeza o impressionam, mas também fiquei de facto impressionado com a comodidade com que o que o Senhor Deputado encarou esta matéria que foi aqui levantada, o direito à informação não privará o direito à informação a ninguém, privará esta bancada e saberemos bem distinguir o que é a Assembleia Municipal e o que é a Câmara Municipal, portanto, cada coisa será tratada no seu local e entendemos que esta é a melhor forma de esclarecimento, sem haver qualquer tipo



de mistura de órgãos Autárquicos que são distintos".-----

Presidente da Assembleia - "Senhor Deputado Lídio Lopes".-----

Deputado Lídio Lopes - interveio dizendo: "Por acaso já comprei este livro, mas já o arrumei na gaveta á muito tempo, que é o de tentar logo condicionar as outras pessoas, o nosso interlocutor adjectivando-o de várias coisas, está nervoso, ânsias, está muito incomodado, fica satisfeito porque fala, gosta de se ouvir, isto tudo são coisas que já se falam nesta Assembleia Municipal desde o 25 de Abril e, graças a deus, porque ao menos estamos num estado de liberdade de expressão, mas são coisas que funcionam para quem fica, tocado com esse tipo de conversa e, devo dizer que não me interessa esse tipo de conversa, isso se estou incomodado, o que quero é que se os senhores querem, transparência e se os senhores querem saber do contrato da Hagen, quero saber do dinheirinho que passou da Figueira Domus para a Feira Nova, e se os senhores querem saber se uma coisa foi bem feita, quero saber se a outra também, e se os senhores querem perguntar coisas para a qual é da minha opinião, mas afinal estou errado, até já sabiam a resposta, porque é só uma questão de ler as actas da reunião de Câmara, exactamente quando o assunto foi à Câmara e o Senhor Presidente da Câmara explicou porque é que anulava o contrato e encontrava um novo procedimento. Se o novo procedimento foi encontrado é porque a situação foi ultrapassada pela Câmara, agora se os senhores querem desenterrar um processo que está enterrado, prefiro olhar para outro que ainda está mal morto, que é a questão das contas da Figueira Domus, essas ainda estão em vigor. Acho que para mim é só ler as actas da reunião de Câmara e perceber o que aconteceu com o processo, os senhores não leram, eu li, estou informado, os senhores não estão, o Presidente da Câmara é vosso é por isso é que falei em falta de solidariedade, quer dizer, acho que é vosso, é eleito por todos os figueirenses, o Presidente de todos os Figueirenses, mas quando vocês falam tanto em paternidade, também agora não vos estava a querer tirar essa.-----

Presidente da Assembleia disse: "senhor Deputado João Carronda se faz favor".---

João Carronda - interveio dizendo: "Um mero esclarecimento Senhor Presidente eu à pouco pedi, só que entretanto o meu colega de bancada acabou por interpelar o Dr. Lídio Lopes sobre a questão dos órgãos Camarários, a Assembleia Executiva e portanto a Assembleia tem todo o direito, por modo próprio, solicitar as informações que entenda por bem, não tenho nada que andar a ler as actas do executivo, posso andar mas quer dizer, não tenho nada para obter uma informação,



posso perfeitamente require-la por aqui, a autoria do requerimento não é meu mas sou solidário com ele em termos de esclarecimento e da verdade e ninguém terá nada a temer e por isso é que prescindi, mas agora há aqui uma coisa que ainda não foi falada nesta Assembleia Municipal, e que me permita mais uma vez aqui trazer, até porque parece que as coisas, muitas vezes, são das picardias e assim das coisas menos alegres e menos boas queria congratular-me as festas de S. João e queria mais uma vez congratular-me com a feira das freguesias, onde as nossas freguesias estão representadas e tão bem dignificam a cultura e o povo deste Concelho e, portanto, ainda não tinha sido aqui ventilado e antes que se passe a outros pontos e depois não se volte atrás, gostava de manifestar essa minha satisfação, por mais um ano junto a esta Câmara e nesta Praça que, também está representada a comunidade do Concelho da Figueira da Foz, através das suas freguesias e de muitas das suas colectividades, que lidam graciosamente durante uma semana e tal, muitos tiram férias, outros, sacrificam-se até mais não, para poderem contribuir e terem um pezinho de meia para continuarem a desempenhar as suas acções meritórias ao longo do ano, e era este registo que gostava de deixar ficar aqui subjacente. Obrigado".-----

Presidente da Assembleia disse: "obrigado, bom, concluído que está este ponto da nossa ordem de trabalhos, dou-o por encerrado, e passávamos então, de acordo com o edital, à nossa ordem de período do dia".-----

B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.- APRECIACÃO DE INFORMAÇÃO

4.1 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO
ESCRITA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL

Presidente da Assembleia - disse: "Senhor Presidente faz favor".-----

Presidente da Câmara - interveio dizendo: "Presto todos os esclarecimentos que considerarem oportunos. Para já uma salvação à Assembleia e também ao PSD pela vitória recente e ao Senhor Presidente, aos meus colegas Senhores. Vereadores. No fim fico na duvida se o deverei fazer por escrito e depois da bancada da Partido Socialista devidamente elucidada, trazer de novo a discussão à Assembleia, com mais dados podemos abordar o assunto, mas fica ao critério do Senhor Presidente, conforme o regimento e conforme considerarem mais oportuno.-- O Partido Social Democrata pretende que a resposta seja dada já, eu darei os esclarecimentos amanhã por escrito, depois de amanhã em debate, como entenderem.

Presidente da Assembleia - usou da palavra dizendo: "Um pequeno esclarecimento,



como é obvio a mesa foi eleita exclusivamente para distrito, aliás as suas competências e as suas funções estão perfeitamente descritas no regimento desta Assembleia, que todos nós aprovamos. Assim sendo, a mesa irá, se me permite, responder, dar cumprimento ao requerimento que foi apresentado pelos deputados do Partido Socialista, pelo Senhor Deputado Nuno Biscaia e a mesa irá dar o devido cumprimento. Se os Senhores Deputados assim o entenderem, é uma questão que os Senhores Deputados entenderem, a mesa não deixará de cumprir escrupulosamente aquilo que nos foi solicitado pelo requerimento. Mas como é obvio, a mesa não tem que se meter, se os Senhores Deputados quiserem ou não quiserem discutir ou verbalmente as questões que entendam discutir, como nunca teve. Única e exclusivamente tem que fazer cumprir o regimento".-----

Lidíio Lopes, interveio dizendo "Não pretendo que o Senhor Presidente da Câmara responda ponto a ponto ao requerimento que foi apresentado pelo Partido Socialista e esse é para esclarecer o Partido Socialista que não está esclarecido, como nós estamos esclarecidos, o que quero é que o Senhor Presidente da Câmara aqui nos diga é daquilo que levou à Câmara e da anulação do processo, se encontrou ilegalidade ou se, por ventura, esse acto formal de deliberação camarária resolveu o problema e, ele entende que está resolvido, é só isto. Muito obrigado".-----

Presidente da Câmara, interveio dizendo: "Se me dá licença, nós temos que distinguir os vários tipos de ilegalidades possíveis, administrativa, civil, penal, contra ordenacional, enfim, e haverá mais com certeza ao pecado também, mas é evidente nós registamos que o procedimento não tinha sido o adequado e foi essa nota que veio à reunião de Câmara, com o conhecimento prévio da empresa com quem tinha sido estabelecido o acordo, precisamente dando-lhe nota de que já não seria válido para aquele tipo de contrato, um mero protocolo, e portanto demos sem efeito o protocolo e dando conhecimento disso à empresa que estava visada. É verdade que depois pedimos alguns esclarecimentos sob a forma de podermos rectificar, é um assunto que ainda está pendente para resolução, porquanto veremos como é que o poderemos resolver em termos de procedimento e depois mesmo, e neste momento já em termos de sustentação financeira, da sua sustentação financeira principalmente. Portanto estamos nesta situação e, parece que também terei uma reunião com o Concelho de Administração, obviamente que sem o Plano de Saneamento Financeiro e sem o parecer jurídico que aguardamos estar também já o temos, mas também tudo dependerá de uma análise que se fizer, assim



que se viabilizar o Plano de Saneamento Financeiro e por agora é tudo sem parte depois de uma discussão mais aprofundada com a resposta detalhada que será dada à bancada do Partido Socialista.-----

Deixei também as contas da DOMUS qual é o processo do estado actual foi à Inspeção Geral de Finanças, aguarda resposta?-----

Em relação ao Relatório de Contas da DOMUS, também já foi suficientemente detalhada em reunião de Câmara e consta das respectivas actas. O problema que se põe, é a forma como se faz ou se podem fazer as transferências de verbas entre a DOMUS, que é a detentora do capital da Paranóia e como é que se podem fazer esse tipo de transferências, sendo certo que as despesas a que foram recolhidas eram despesas cuja previsão tinha que ser efectuada, sob pena de no conjunto das suas empresas municipais a própria idoneidade financeira da Câmara Municipal poder estar comprometida. Por esse modo, estavam em causa vencimentos de encargos financeiros assumidos e impostos, que eram devidos à Paranóia. Na altura considerou-se, através de pareceres fundados, que essa sustentação poderia ser efectuada por suprimento, ainda hoje há várias posições sobre esta questão considerando algum grupo, alguns técnicos que isso deveria estar sujeito ao contrato, programa prévio acordado entre a DOMUS e a Paranóia outros, entendem que a Paranóia que a DOMUS o pode fazer como foi feito e foi sustentado, certo é porém, que o novo Concelho de Administração está a analisar detalhadamente o Relatório de Contas que não me parece que padeça de qualquer desconformidade, retrata a realidade o problema é meramente de classificação da transferência e depois de em termos de reposição das verbas perante a DOMUS. Ainda estamos, portanto aguardamos essa análise detalhada e o parecer da Inspeção Geral de Finanças sobre o assunto e assim que tivermos o novo Concelho de Administração se pronunciar traremos de novo o relatório à Câmara Municipal para apreciação e aprovação, sendo certo que é uma medida urgente porquanto implica com várias com alguns financiamentos que já estão garantidos por IRU e que enquanto esta questão não for ultrapassada estarão comprometidos, portanto e aliás dentro mesmo ao nível da saúde financeira da própria Autarquia do conjunto das suas empresas municipais, estas são questões que efectivamente não devem acontecer e não podem acontecer, e têm que ser tratadas de forma urgente, urgente e esclarecidas o mais depressa possível. Portanto como sabem a Lei do Sector Empresarial Local não é clara tem suscitado várias dúvidas e para além disso a própria empresa Paranóia tem uma génese atípica, uma génese atípica por quem



constitui empresas municipais e quem participa em empresas municipais deve ser a Câmara e não as próprias empresas municipais e é precisamente pela aplicação prática do mesmo das mesmas regras às empresas municipais que acabou por surgir o problema, portanto é na sua génese a própria empresa que está mal gerada e mal criada, mal formada digamos assim e enfim ficava em termos de comentários por aqui porque também no âmbito das parcerias públicas ou privadas é uma questão que merece também alguma análise crítica. Portanto tão breve quanto possível Senhor Presidente daremos novidades sobre este dossier.-----

Presidente da Assembleia, disse: "Obrigado Senhor Presidente".-----

Nogueira Santos, interveio dizendo: "Relativamente à informação do Senhor Presidente da Câmara e no que diz respeito à informação financeira de Janeiro a Abril, tenho duas questões que gostaria de ver aqui esclarecidas, relacionadas com aquilo que me foi dado a analisar relativamente a esta situação financeira. Antes das questões, gostaria de alguma forma, fazer aqui alguma constatação que é o facto de continuarmos a verificar uma tendência decrescente das receitas, a despesa paga acompanham, não havendo dinheiro não há mais despesa paga, mas de facto, as dívidas sobem porque entretanto há despesa que se vai acumulando, e nomeadamente esta é a situação já penso que temos acesso à sua informação financeira esta é mais ou menos uma constatação sistemática, não há sinais infelizmente para todos nós e aqui mais uma vez sublinho, aquilo que disse o meu companheiro de bancada, de facto como todos nós, Figueira como parte importante e como parte integrante do País e não necessariamente de agrupamentos, infelizmente para todos nós dizia a situação que não é de recuperação, é antes uma situação de estagnação ou eventualmente de decréscimo, essa situação será tratada, também penso que há pouco quando falamos sobre saneamento financeiro, mas para já gostava de perguntar duas coisas: em primeiro lugar a conta de fornecedores de imobilizado, aumenta em quinhentos mil euros e aqui é dito expressamente que tal advém do facto de o Centro Escolar de Taveiro estar a ser construído e até agora haver um milhão e quinhentos mil euros de facturas que não foram pagas e portanto se diz expressamente, embora isto tenha investimento, seja participado por fundos comunitários ainda não se recebeu qualquer verba, isto é dito aqui e questionamos naturalmente essa situação, porque faz parte das dívidas do Município e está na dívida do Município, mas também porque nos faz questionar ou nos faz pelo menos temer pelos novos investimentos que, embora estando tudo totalmente financiados, como se diz, podem acontecer situações



destas, em que de facto e, nós não podemos ser ingénuos nessas circunstâncias de que os investimentos, apesar de terem garantidos fundos etc, dada a situação do País e dado que também o Estado participa nesses fundos, há muita carência de verbas e consecutivamente penso que cuidados e caldos de galinha nunca fizeram mal a ninguém, antes de nos metermos em situações, que estão de facto, a levar a Câmara para uma situação insustentável em termos financeiros. Por outro lado, e vem na sequência disso, gostaria de perguntar também qual é a penalização, que consequência negativa é que se pode retirar do facto do endividamento líquido estar quatro milhões e quatrocentos e cinquenta e nove mil euros acima dos limites permitidos, quando nomeadamente isso já ultrapassa aquilo que também é aqui dito, que são os limites estabelecidos pela Lei do OGE de dois mil e onze que estipula que qualquer Município não pode existir o endividamento líquido que existia em trinta de Setembro de dois mil e dez. A Câmara da Figueira conclui, ultrapassou já esse montante em quatro milhões quatrocentos e cinquenta e nove mil, quer dizer que temos seis meses, até ao final do ano, para reverter esta situação, o que aliás é aqui dito, o que uma política de despesas restritiva que dê para resolver, que dê para economizar a quatro milhões e quinhentos mil, não me parece de qualquer maneira, portanto esta situação era aquela reflexão e ao mesmo tempo estas duas questões que deixava ao Senhor Presidente da Câmara para, neste período de esclarecimento e de informação, nos dizer o que é que está a acontecer".-----

Presidente da Câmara, interveio dizendo: "Efectivamente as questões estão todas retratadas no relatório financeiro e, em termos de endividamento real, não parece que haja grande novidade em termos de despesa acrescida, mantém-se mais ou menos o mesmo nível de despesa que se manteve, em relação que se conseguiu em dois mil e dez, sendo que em dois mil e dez, como já averiguamos, na apreciação do relatório de contas, há uma diminuição sensível, estamos a chegar quase a um beco sem saída. As pessoas queixam-se neste momento temos muito dificuldade de liquidez para acudir a problemas urgentes, são sinais dos tempos, de facto os tempos estão extremamente difíceis, mais a mais uma imponderável diminuição das receitas que, embora já se anunciasse muitas vezes, tem que ser o confronto com a realidade que faz a demonstração prática daquilo que se anunciava e, verificamos que há uma diminuição sensível das receitas pese embora que este trimestre até correu favoravelmente pelas circunstâncias que estão descritas no relatório. A questão do Centro Escolar de S. Julião, nós efectivamente



adjudicarmos a obra que foi remetida a concurso, passou por ser um investimento querido e estimado de forma unânime, por toda a população. Causa algumas dificuldades aos dias de hoje é verdade, optamos por fazer a reprogramação e, portanto, aguardamos desde de Novembro a reprogramação da candidatura, para que ele possa ser participado em oitenta por cento, sendo que a taxa média é de sessenta e dois por cento. Em relação aos demais investimentos, como e àqueles que nós não queremos abdicar, sendo certo que hoje estamos em revisão permanente, porque os tempos estão difíceis e estarão, seguramente, mais difíceis em relação aos que não queremos abdicar, como é do vosso conhecimento eles são participados a uma taxa de cem por cento, há adiantamentos pelas próprias entidades, portando, dada a sua sensibilidade, principalmente na questão que diz respeito ao mercado municipal, antes de avançar com qualquer tipo de adjudicação, teremos que ver que momentos é que vivemos e que garantias é que nos podem ser dadas em termos de antecipação de pagamento, por conta de facturas e põe-se aí também um rígido sistema de fiscalização. Quanto ao relatório, não sei se detalhei mais ou menos as questões pertinentes, em relação à questão dos quatro milhões, grande parte dessa quantia é por razões que são expostas no relatório financeiro, portanto de Janeiro a Abril, tem haver com o Centro Escolar de S. Julião e tem haver também com algumas despesas que foram suportadas no primeiro trimestre e que tiveram um maior impacto, portanto pensando-se que pensamos nós que com o exercício orçamental poderemos aproximar a receita da despesa. É, portanto, uma visão parcelar e julgamos que nos próximos oito meses poderemos ajustar a receita à despesa, sendo certo que o mês de Maio terá uma subida de treze vírgula trinta e três por cento. O que ressalta disto tudo e da análise do relatório, fundamentalmente, é que ainda temos que diminuir mais a despesa, e diminuir mais a despesa tem um efeito drástico, que deve ser partilhado por todos e compreendido por todos, porque vamos agora entrar na parte mais difícil, que é analisar despesa a despesa e fundamentalmente nas despesas de elevado montante, sendo que por exemplo, as despesas de pessoal são fixas e têm que se manter, pese embora que até tenham diminuído, acusa uma diminuição de cinco ou seis por cento, embora este trimestre tem zero vírgula vinte, por causa de uma situação particular, que tem haver com a ADSE, mas essa tem que ser executada de acordo com o Plano de Saneamento Financeiro, as outras, as que têm haver com apoios sociais e com várias despesas fixas com a iluminação pública, tratamento de resíduos, de



piscinas e uma série de serviços públicos, que a Autarquia está a assumir com encargos que ultrapassam as receitas previsíveis e, assim, infelizmente, vão ter que ser revistos e serão aqueles que causaram mais impacto em termos da comunidade em geral".-----

João Carronda, disse o seguinte: "Tenho que dizer uma coisa ou outra, se não nem fico bem comigo e se calhar há pessoas que gostavam de dizer e não dizem. Nós estamos a viver uma situação, que penso que é aceitável por todos e, já nem sequer é contestada, de uma falta de liquidez financeira terrível e, estamos a viver uma situação que é, em geral, quer do cidadão comum quer os políticos representados nesta Assembleia e não só, gostam de ver algum tipo de obra. Nós hoje temos uma situação de um companheiro que, por acaso, ainda não se manifestou, que está aqui no jornal a dizer dos seus problemas financeiros de gerir uma Junta. As Juntas, estão com problemas gravíssimos, gravíssimos de subsistência, e tem havido, de facto, um esforço enorme por parte das Juntas de colaboração com o Município, no sentido de conseguir responder àquelas situações mais básicas de manutenção do espaço público. Penso que temos aqui um problema grave, e o que gostava de muita das vezes de ouvir,, era que de facto por parte de as pessoas que de uma forma sensata, colaborante, no sentido de preocupação e do bom viver do Concelho, fossem transmitidas algumas ideias de como reduzir ainda a mais despesa que a Câmara tem. É verdade que a Câmara cresceu, há dimensão que cresceu num conjunto de várias circunstâncias e como é que agora se consegue reduzir. Isso gostava também de ouvir aqui um pouco, porque pela minha parte já me faltam pouco as ideias a não ser que fosse reduzir, em situações e em condições e em rubricas que afectariam fortemente as questões sociais, as questões pessoais de entre outras, que são aquelas que tocam mais de perto as pessoas e que têm um maior impacto perante a opinião pública, dizer-se, despedindo pessoas não é aceitável por ninguém, as máquinas paradas, mas falar assim que há pessoas que se calhar nem sabem, então aproveitamos este espaço para falarmos de uma forma aberta, transparente, com clareza, que toda a gente o exige. E portanto vai-se cortar mais onde? Porque há uma coisa, isso qualquer economista o sabe e eu não o sou, é que o preço é ditado pelo mercado, ou seja a receita em geral é ditada pelo mercado, a despesa não tanto, é a própria empresa que pode perfeitamente estabelecer a sua estratégia e saber onde é que pode cortar mais, investir mais, cortar menos ou investir menos, porque por exemplo, de facto começa a ser preocupante para nós, quando ouvimos algum tipo de obras



que aparecem a serem feitas ao longo dos projectos para serem feitas nesta cidade quando não há dinheiro. Por muito pouco esforço que haja da parte da Câmara e que haja uma grande participação, começa a surgir aqui sempre alguma dúvida da razoabilidade, mas também há aquela que tem que fazer obras, tem que se mostrar qualquer coisa, não estamos aqui só para varrer as ruas, isto no dia a dia é um constrangimento terrível, portanto aquilo que a Câmara tem é as receitas diminuem, já lá vai o tempo em que se mandava passar o cheque fora de horas para ir equilibrar com o esforço que esse viesse de outro lado qualquer, hoje não é possível dentro da hora, quanto mais fora da hora e portanto, em todas as circunstâncias são de facto tão terríveis que quem vir isto um pouco mais por dentro é um sufoco, é um sufoco para nós e falo na qualidade de Presidente de Junta pedirmos, exigirmos muitas das vezes, porque sabemos que não há mas se for para nós também e perante as populações que nos elegeram perante projectos e dedicação que assumimos não conseguimos corresponder perante as pessoas, isto é terrível e gostava, volto a dizer, que muita das vezes fossem aqui dadas, de uma forma clara, sem subtilezas, sem qualquer problema, ideias para que de facto, as despesas pudessem ser reduzidas, isto que peço aqui é aquilo que peço na minha Assembleia de Freguesia. Dêem-nos ideias por favor, e colaborem connosco porque muitas das vezes nós já não temos mesmo ideias, estamos esgotados".-----

Presidente da Assembleia, disse: "Senhor Deputado Nogueira Santos".-----

Nogueira Santos, interveio dizendo: "Sinto-me, de facto, a titulo pessoal, perfeitamente desafiado por aquilo que acabou de dizer o Senhor Deputado João Carronda, que é naturalmente fazer critica, mas fazer uma critica construtiva, estou a reconhecer, eu próprio sinto, que de facto, quando faço uma critica ou quando o meu grupo apresenta uma situação, gostaria de ter uma solução. Mas o facto aqui é importante, ninguém é capaz de ser, touralto e ter ideias absolutamente avulsas, que sejam capazes de dar o toque de midas numa situação como a Câmara da Figueira da Foz. O que é que eu quero dizer com isto? O que quero dizer é assim, não sou capaz de dizer numa empresa o que é que ela deve fazer sem entrar lá para dentro e a conhecer e assim acontece precisamente numa Câmara, não vale a pena estar aqui a dizer que sou capaz de dar uma série de ideias, se quiserem as minhas ideia ou para ser capaz de as dar tinha de estar por dentro da Câmara e no caso concreto é o seguinte: aquilo que está aqui em causa não é fruto dos últimos dois anos ao ano de exercício de gestão, isto é



uma situação que era subagente conhecida de todos aqueles que se candidataram há dois anos à gestão camarária e todos tinham a certeza absoluta, a convicção de que trariam soluções capazes de inverter a situação e por isso mesmo ou o Partido Socialista, neste caso concreto, foi o mais votado e foi aquele que está na Câmara para aplicar o seu programa. Evidentemente que teria todo o prazer em corresponder a isso, olho para o Plano de Saneamento Financeiro e vejo lá ideias, olho para o Plano de Saneamento Financeiro e vejo lá ideias, não as vejo é a serem aqui concretizadas agora, podem dizer que falta tempo, que ainda não há tempo, mas que de facto há, por exemplo todos nós, e é preciso desmitificar isto, tornemos a questão do pessoal, quando a questão do pessoal é a questão central da despesa corrente desta Câmara, e não sou eu que o digo, é aqui que está neste relatório, quando se diz abertamente quando se fala em despesas fixas só há uma, é as despesas com o pessoal, porque as outras não são, o que acontece é que as outras contraem-se as dívidas e diz-se ao fornecedor para esperar um mês ou dois meses ou os mil dias a que a Câmara tem os seus prazos para pagamento, mas no caso concreto no salário ao fim do mês paga-se. Portanto a única despesa aqui que é religiosamente paga são os salários, e todos nós contornamos esta situação dizendo que a falar em despedimentos nem pensar, obviamente até porque é a Lei, e vamos ao Plano de Saneamento Financeiro e há ali uma redução, digo drástica, no que diz respeito à despesa com o pessoal, obviamente como contratados o que diz lá é assim: é não renovar contratos, há pouco o Senhor Presidente falava relativamente à nossa secretária aqui da Assembleia Municipal, portanto já estão por aí, não renovar contratos reduzir horas extras, a reduzir tarefeiros, não admitir pessoas que se reformem, admitir a cinquenta por cento das que se reformarem até dois mil e catorze ou dois mil e quinze, portanto estão aqui ideias, não sou capaz de apontar melhores, agora o que é de facto que lhe digo e não tenho dúvidas absolutamente nenhuma, o Senhor Presidente acabou de dizer aquilo que eu há pouco não quis dizer, é que estamos num beco sem saída, as palavras não são minhas, são do Senhor Presidente da Câmara, mas subscrevo integralmente, porquê? Porque olho para aqui para isto e quer queiramos quer não, não vale apenas estarmos com toda, já disse isto aqui no outro dia na aprovação das contas, tenho todo o respeito pelo esforço que está a ser feito ao nível da contenção da despesa, nomeadamente a aquisição de bens e serviços, mas que é um facto e que é indubitável, que o passivo cresce de mês para mês. O que é indubitável é que os custos, a despesa que é



efectivamente comprometida cresce de mês para mês, e as receitas isto não se verifica e como o Senhor Deputado Carronda dizia e bem, qualquer economista sabe que aquilo que é assim, a despesa é aquilo que o Senhor consegue gerir aqui, porque a receita é um dado adquirido e infelizmente a receita, por mais voltas que lhe dê está a cair mês após mês, independentemente de se terem as transferências das Águas da Figueira num trimestre, se fazer um encontro de contas com a EDP no mesmo trimestre e dar-lhe um cheirinho de que subiu qualquer coisa, porque na realidade o que acontece, e o Tribunal de Contas nesse aspecto foi implacável, mandou rever o Plano de Saneamento Financeiro à luz do desempenho da receita de dois mil e dez e o resultado está aí, que daqui a um pouco vamos ver o que é que foi necessário fazer em termos de redução".-----

Presidente da Assembleia, disse: "Muito obrigado".-----

João Carronda, interveio dizendo: "Senhor Deputado Doutor Nogueira Santos, tenho como presente que as pessoas que estão aqui nesta Assembleia, umas ou pouco mais, outras um pouco menos, são interessadas pela vida no Concelho e pela defesa do Concelho, pela qualidade no Concelho, pela sobrevivência no Concelho, temos orgulho do nosso Concelho. E também não tenho dúvidas nenhuma que há pessoas neste hemiciclo ou nesta Câmara, como queiram, que têm um valor mais acrescentado num ou noutro motivo. E não tenho dúvidas nenhuma que há pessoas que olham pela rota e já defendi em tempos isto aqui, não veja aqui qualquer tipo de atenção em particular às intervenções do Movimento Figueira a Cem por Cento, ou quer que seja, acha que tem o valor e se me permite isso, para de facto muitas vezes assumirem aqui, numa situação colaborante porque estar dentro da Câmara ou estar fora da Câmara, permita que lhe diga o seguinte: não tenho dúvidas nenhuma que o Senhor ao pegar nos relatórios e ao pegar nas contas da Câmara consegue, ter uma leitura daquilo que se passa nesta Câmara que, na generalidade das pessoas nesta Assembleia não a terão. Cheguei aqui em tempos a dizer que há pessoas que estão aqui a votar orçamentos, não é de agora que se sabe o que é que estão a votar, porque nunca elaboraram nenhum, o que é normal e às vezes, ouvi alguns comentários, e aquilo que levei de mim é uma formação básica, que é um Orçamento de Freguesia e que tem extrapolasse anda-se um bocadinho mais e o que eu quero dizer com isto é que este valor acrescentado que eu peço às pessoas no sentido positivo porque entendo que muitas das intervenções que aqui são feitas e até portanto e a tecer críticas são por uma positividade no funcionamento da Câmara. O Senhor Deputado, ainda agora disse, o



Senhor Presidente da Câmara, por outras palavras ou por meias palavras estamos num beco sem saída e foi aquilo que eu também à bocado disse, nós já não sentimos com forças, para pedir nem exigir, quando estamos a atravessar o processo que estamos aqui num beco sem saída e quando lá chegarmos ao Plano de Saneamento Financeiro, isto é assim a pessoa já está numa situação como comatosa, agora só lhe falta desligar o tubo, tira-se o oxigénio e vai-se embora, porque aquilo que se passou há dois anos atrás, não é bem, bem aquilo que se está a passar hoje, as coisas agravaram-se substancialmente e veja-se o caso do Plano de Saneamento Financeiro, andamos aqui já vai quase há um ano e discutir ou a trabalhar numa forma final chamamos-lhe assim de apresentação duma finalidade e estamos na estaca praticamente zero, o que é muito complicado para quem está a gerir esta Câmara se fosse ele quem fosse, é muito complicado e até a nossa posição de toda a Assembleia Municipal muita das vezes é muito complicada porque entendemos quem está à frente dela, com todo o esforço que tem sido feito e muitas vezes aqui demonstrado não se consegue ir mais além. Obrigado".-----

Nelson Fernandes, disse o seguinte: "Destas intervenções que não vêm futuro são, naturalmente, consequência da aceitação de um presente. Se nós entendermos que a nossa missão fundamental é cortar, cortar, cortar nós havemos de cortar até não haver mais nada para cortar e ficamos com o problema resolvido. É do ponto de vista técnico, se analisarmos isto só pelo lado da despesa, nós de facto temos que ser é alfaiates, cortamos aqui, ali e acolá cortamos em tudo, somos cirurgiões da finança. O problema é que se formos analisando as contas pelo lado da receita reparamos que há anos que está a acontecer uma coisa extraordinária. As componentes fundamentais da receita são três: são do Estado, são dos privados e famílias e são das empresas. E o que acontece é que as que descem são as do Estado e as das empresas, as dos indivíduos e das famílias sobem permanentemente. No Orçamento Camarário, os impostos que são pagos pelos indivíduos e pelas famílias estão permanentemente a subir, em contra partida as participações do Estado exigem impostos pagos pelas empresas, um exemplo da derrama é claro, e estão a diminuir permanentemente. É evidente que, do ponto de vista da receita para aqui para este lado e creio que foi e é isso que o Senhor Presidente da Câmara se referiu quando disse que tinha que analisar despesa a despesa, porque haverá por aí serviços e estou-me a lembrar, por exemplo das piscinas municipais não devem dar receita para a despesa, quase de certeza que



não vão dar, e naturalmente que esse encargo há-de ter que recair sobre os particulares mas mais, isto é tudo aquilo que existe hoje ao nível de serviços camarários, vai recair sobre os cidadãos e sobre os munícipes, isto há-de chegar a uma altura em que de facto não dá, e como não dá nós não temos outra solução senão abrir os olhos e reivindicar e ver que há dinheiro, esta coisa do dinheiro não é mentira, porque, de facto há dinheiro nós todos os dias ouvimos a gente a dizer que tem dinheiro e vemos os bancos e as EDP e o resto, mesmo quando as agências de retingi dizem que aquilo vale lixo, não me importava de ter aquele lixo. Portanto a solução não está em olharmos para trás e fazer aquilo que nos mandam fazer, está em vermos as coisas com outros olhos e está em encontrarmos soluções diferentes, é evidente que necessitamos de eficácia e necessitamos de eficiência na gestão, mas atenção que penso que daqui em diante se ficarmos com a visão muito estreita aqui e naquilo que vamos cortar, não chegamos a lado nenhum".-----

Presidente da Assembleia, disse: "Senhor Deputado António Pedrosa".-----

António Pedrosa, interveio dizendo: "Obrigado Senhor Presidente".-----

"Estava a tentar resistir a falar neste ponto, até porque penso que brilhantemente o meu colega de bancada de uma forma simples e clara faz um diagnóstico que temos vindo a fazer três em três meses nesta Assembleia. Desafiava o Senhor Presidente da Câmara, quando está num beco sem saída, não vale a pena olhar para a frente nem para trás que é o mesmo caminho para o lado está fechado tem que olhar para cima. E quando se olha para cima estamos a olhar para fora, estamos a olhar para fora daquilo que estamos habituados a olhar. A verdade, é que, e tentando falar uma linguagem simples, se nós continuamos insistentemente a dizer que o problema está nas despesas com pessoal e é verdade que ,está não vamos olhar para outra coisa qualquer. E uma questão é esta, nós temos uma nova equipa de dirigentes na Câmara Municipal, que foi votada nesta Assembleia, não sabemos é aonde é que estávamos para saber se hoje temos aumento de produtividade nessas equipas, não sabemos é se cada dirigente apresentou ao Presidente da Câmara um plano para mobilizar cada Departamento que está a chefiar, não sabemos é se estão a ser cortadas ineficiências em departamentos que toda a gente que está nesta Assembleia sabe que existem. Há ineficiências, há gastos e há custos de oportunidade que acontecem porque não se faz nada. E penso quando temos uma atitude dramática perante a circunstância, realmente se continuamos a olhar para o drama de não conseguirmos resolver o problema porque



não há dinheiro, as receitas não aumentam, a despesa tem a atitude galopante que é reconhecida nós não vamos conseguir sair, portanto o desafio que fazia ao Senhor Presidente da Câmara e a este Executivo é que olhem para fora da caixa, comecem a olhar para fora daquilo que estão normalmente habituados e de uma forma política, porque estão mandatados pelo povo, porque ganharam de uma forma política, tomem decisões assertivas que levem com que esta Câmara Municipal, que tem o número de funcionários que tem, porque são sempre um bote expiatório, são sempre os funcionários, mas que levem de uma forma efectiva e que sejam apresentadas soluções de cortes nas ineficiências que existem. Portanto, não será também difícil de sugerir que nos deixemos de megalomanias e continuamos a falar de investimentos, a Câmara Municipal tem uma função social, é verdade, tem uma função social, há custos que tem que ter, é verdade com a educação, com acção social, há custos que nós sabemos que tem que ter, é verdade, agora será que vale a pena andarmos a fazer castelos de areia. Estou a olhar para o meu computador e estou a ver que há um estudo que diz que à revelia da REFER, há possivelmente oitocentos quilómetros de linhas ferroviárias que poderão ser fechadas no País. É um estudo à revelia da REFER, encomendado pelo governo do Partido Socialista (PS), vamos ver se depois alguém fica com a paternidade destas coisas. Encerrar, e uma das linhas que está a ser equacionada de não reabrir é a Pampilhosa, eu sei que isto pode ser ruído e isto para não ser muito alarmistas, e há também uma parte do troço da linha do Oeste que, neste momento, pode também não ser contemplada e estar previsto o seu encerramento, paradoxalmente e é aí que vou encerrar a minha intervenção, há uma parte da linha do Oeste que, curiosamente, foi alvo de investimento nos últimos sete anos, perto de oito milhões de euros e que pode correr o risco de também fechar. Portanto a questão é esta, há má gestão, houve decisões no passado que foram erradas, danificaram uma coisa pública, consumiram o dinheiro aos contribuintes e isso agora está tudo em cima da mesa, não posso é aceitar que o meu Concelho fique na fatalidade de se ter gasto dinheiro e se continuar a gastar dinheiro. Muitas das vezes, de forma inoportuna, que não é investimento reprodutivo e depois vimos para aqui chorar que não temos dinheiro, portanto era que surgissem investimentos. É uma recomendação que fazia a este Executivo".-----

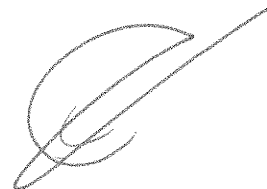
Presidente da Assembleia, disse: "Senhor deputado João Paulo Tomé".-----

João Paulo Tomé, disse o seguinte: "Não sou economista, nem gosto, mas como pessoa normalmente preocupada em ouvir as pessoas, ler umas coisas, o que nos



permite ter algumas ideias, o que me parece é que não se afigura nem fiável, nem fidedigno, nem sustentável, nem justo tentar resolver a situação por cortar uma despesa pura e simples. Tem limites o corte se não fecha a porta, há que racionalizar os meios que há e, requalificar os serviços, para os tornar os mais rentáveis possíveis e enquanto não pensarmos na inovação, sei que é difícil, mas não é impossível, que é reestruturação das empresas municipais, a criação de novos pólos de investimento, porque vai haver dinheiro para isso, quer na indústria, na agricultura, nas pescas e em investigação e desenvolvimento, aí sim estamos a jogar na receita, que é aonde temos que jogar não é no corte com a despesa, é no aumento da receita".-----

António Padrão, interveio dizendo: "Focaram-se aqui alguns aspectos, que têm enquadramento no ponto seguinte, de qualquer forma não me vou inibir de fazer um ou dois comentários. Tenho consciência que do lado da despesa, as contas estão bastantes espremidas e não haverá muito mais a fazer, a menos que a Câmara prescindia de levar a cabo as funções que lhe dão razão de ser, estamos quase aí. De qualquer forma, penso igualmente que e foi porque se falou aqui na questão do pessoal e, inclusivamente, pedia salvo eu, ao Deputado João Carronda, de uma forma mais ou menos subliminal que interpretei dirigida aqui ao Deputado Nogueira Santos, no sentido de homem, vê lá as receitas, porque dizia o Deputado João Carronda que, ouvimos críticas, ouvimos lamurias, mas ninguém avança com grandes propostas que sejam substantivas em termos de receita. É obvio que a Câmara da Figueira, para obter receitas a curto prazo, só tem um meio, é vender ou alienar património, dir-me-iam assim: há bom, mas o momento não é o mais indicado porque o mercado está em baixa, mas quando é que vai estar em alta? Alguém prevê a curto, médio prazo que o mercado esteja em alta? Ou o País vai vender património no imediato, porquê? Porque não tem outra alternativa, o governo neste momento a inventariar tudo o que é bem e vai vender, não tem alternativa de angariação de receita num curto prazo, naturalmente que haverá estratégias de receita a médio e longo prazo, que serão outras com efeito diferido, mas quando não temos mais meios, temos que agarrar aqueles ou aquele de que dispomos. E a Câmara da Figueira tem património, agora teria que ser muito bem equacionada é a forma como investir esses recursos que preferencialmente, poderiam aliviar os encargos financeiros. Ainda há poucos meses se aprovou aqui uma reestruturação orgânica da Câmara, em perfeito contra ciclo, porque queria um conjunto de direcções de serviço e de chefes de serviço



e postos de chefia, aliás que de alguma forma provavelmente poderá vai ter que ser modificada, porque o memorando, de entendimento prevê precisamente no âmbito das Câmaras Municipais uma diminuição significativa dos postos de chefia, não sei como é que o Executivo irá lidar com essa matéria, mas é isso que está escrito no memorando de entendimento e não só, mas isso está lá claramente, daí eu na altura ter afirmado que a proposta de reestruturação orgânica dos serviços correspondia a uma proposta de banda larga. Em contra ciclo era previsível no memorando Por outro lado também não é menos verdade que, subjacente ao equilíbrio da receita e despesa e à descompensação entre receita e despesa, está e sempre esteve uma actual e antiga mentalidade autárquica, o autarca fez-se para fazer obra. Hoje o papel das Câmaras Municipais, na Europa de uma forma diversificada, passa pela assunção de outras funções e de outras tarefas que não necessariamente ou meritoriamente se focam nos actos corpóreos. Os actos incorpóreos têm cada vez mais peso no mundo ocidental e na gestão das Autarquias, desde Paris ou de qualquer outra Autarquia. Haverá que pensar também nisso, simplesmente acontece que todos fomos criados numa cultura de que o autarca é o homem do cimento, é o homem da obra. Há que rever a mentalidade nesse sentido"-----

Presidente da Assembleia, disse: "Senhor Deputado Nelson Fernandes".-----

Nelson Fernandes, disse o seguinte: "Penso que corro o risco de me repetir, se chamar a atenção para uma coisa. Acho que nós hoje, estamos um pouco a discutir o inferno, quando aqui há tempos nos prometeram o paraíso, vocês, por exemplo, quando foi com a entrada União Europeia disseram-nos que nós íamos para o céu, quando foi para entrada no euro, nós íamos para o céu e fomos durante uns tempos, quer dizer agora estão-nos a prometer o inferno. Naturalmente que os próprios autarcas não se coibirão de gastar aquilo que puseram à sua disposição, naturalmente, ou os nossos governantes, é evidente que independentemente de pudermos ou não pensar no futuro, estou absolutamente convencido que nenhum deles tinha colocado o futuro nesta situação, estou convencido disso, com excepção dos parvos dos comunistas que têm a mania de dizer coisas chatas, os outros senhores não iam para o céu e foram, sem nenhum problema, dívida externa ou isso é coisa que se há-de resolver mais tarde com a ajuda dos nossos parceiros. O que está a falir não é Portugal, nem é a Grécia, nem é a Espanha, o que está a falir é o modelo europeu ou esta União Europeia, tal como nós a conhecemos, e nesse aspecto penso que valerá a pena nós continuarmos a olhar o meu amigo António



Pedrosa diz que é olhar para o ar. Ta bem, se calhar foi a olhar para o ar que nós arranjamos isto, nós temos é que olhar para o chão, não foram os trabalhadores que tiveram a culpa desta situação e vão ser eles que vão pagar, aliás como aqui se diz, quer dizer, se retirar a despesa com pessoal o problema fica resolvido? Recordo-lhe que numa altura em que se contiveram brutalmente as despesas com pessoal, aumentaram brutalmente as despesas com a aquisição de bens e serviços, foi proporcional, portanto as poupanças, quando há serviços que têm que ser feitos se tira de um lado e entra do outro, porque os serviços são mesmo necessários. Agora pode-se é cortar nos serviços, pode-se dizer assim, a Câmara tem que deixar de prestar assistência na educação. Deixa de prestar assistência social, é uma despesa que se corta, então acaba-se quando a troika disse que ia haver junção de Municípios ou extinção de Freguesias, naturalmente que esses problemas de pessoal vão ser reequacionados. Pois vão, portanto isto é uma discussão muita bonita, mas penso que nós não somos Governo, quem tem a obrigação de resolver estas coisas ainda é o Governo, nós podemos ter opiniões sobre isto e estamos a expô-las, mas de facto espero muito pouco da nossa contribuição disso".-----

Presidente da Assembleia, disse "Muito Obrigado".-----

Nogueira Santos, disse o seguinte: "Relativamente a este assunto, já se falou aqui um pouco a olhar para o ar ou para o chão, assim desço aqui mais um pouco para a realidade da caseira e deixo-me de considerações relativamente ao País, e nessa circunstância acho que cada um de nós pode ter uma visão mais ou menos dourada da situação, benévola ou malévola como se queira. Não sou daqueles que acho que nós devemos olhar para a receita, não cortar na despesa, etc, acho que nós temos que ver isto de uma forma absolutamente integral, e também sou daqueles que considero que não há situações adi terna, ou seja se se viveram trinta e tal anos de expansionismo e de expansão com obra feita, Portugal é um País completamente distinto da Figueira da Foz, também daquilo que era a Figueira e a cidade há vinte ou trinta anos. E consequentemente a situação em que está agora, não pode ser de maneira nenhuma, também olhada como uma situação definitiva. Portanto pode ser perfeitamente olhada como uma situação que carece e merece toda a dedicação, e todo o espírito e toda a energia de quem está no poder e de quem está na oposição, mas que de facto pode ser uma situação pontual de anos, portanto não devemos também ter uma visão derrotista do futuro. Agora o facto é este, quer dizer é que se nós não quisermos olhar para as despesas de



funcionamento da Câmara não olhamos para oitenta por cento da despesa corrente, e portanto nestas circunstâncias é preciso ter sempre presente que o esforço deve corresponder também aos resultados. E portanto se nós não formos a olhar para aquilo que constitui oitenta por cento da despesa do funcionamento, ou seja, como é que se consomem oitenta por cento da receita, bem estamos de certeza absoluta a dar-mos nós próprios um sinal de desperdício, que é aquilo que deve ser combatido. Advogo definitivamente que o esforço da gestão se concentrar ao olhar para dentro do funcionamento da Câmara, combatesse o desperdício, seja ele na aquisição de bens e serviços, seja ele como já aqui foi dito e, concordo perfeitamente, na análise à produtividade e há eficácia dos serviços, há sua adequação e ao momento presente, porque nós, no fundo, se calhar temos uma matriz de funcionamento e de recursos humanos idêntica àquilo que quando tínhamos aqui há dez anos a esta parte, num conjunto enorme de obras particulares portanto há de certeza absoluta um conjunto de situações que podem ser analisadas. E nessas circunstâncias, não estou a advogar o corte da despesa pela despesa, advogo que a situação de oitenta por cento das despesas têm que ser analisada e aí se tem que encontrar alguma redução, sob pena de não se fazer naquilo que é o essencial, e só agora para dizer uma coisa, utilizando uma imagem que o Deputado Nelson Fernandes aqui deu. De facto nós não podemos ser cirurgiões, portanto economistas, agora que é um facto é que o cirurgião muitas vezes vê-se obrigado a amputar o órgão, no sentido de salvar o resto do corpo e outras vezes se não o fizer, condena o paciente".-----

Presidente da Assembleia, disse: "Senhor Deputado João Carronda por favor".-----

João Carronda interveio dizendo: "Ouvi com muita atenção a intervenção do Deputado Doutor Padrão e compreendo a questão do vender património não necessário ao normal funcionamento da Autarquia. Já em tempos manifestei aqui e penso que qualquer entidade, não tem prazer em vender património por ser dispensável, porque senão nós, por parte deles, passávamos a morar numa casa com menos um quarto, porque os filhos casaram, porque já não precisamos daquele quarto. Quero aqui dizer ao Doutor Padrão, sou a favor que se venda património, mas para continuar a sustentar despesa corrente não, ou seja, se nós quando estamos a vender, só para tapar um buraco e que é o de continuar a escavar não dá. E, portanto aí, custa-me um pouco, quando ouço, porque sei perfeitamente, é uma forma de, temporariamente se criar aqui uma situação de um pouco mais de recheio no cofre da Câmara, mas de facto não é uma situação de futuro e isso já



se fez muitas das vezes. A Câmara Municipal da Figueira da Foz já vendeu património por variadíssimas vezes e não foi por aí que viu desafogada a sua situação financeira e, portanto, entendo como último recurso, agora se nós pegarmos nas contas da Câmara e vemos desequilibradas, conforme as vemos, vamos continuar a falar daqui a um ano na mesma coisa, porque entretanto aquele dinheiro foi gasto, não foi se quer investido, nem foi amortizado, foi gasto. E reconheço, volto a dizer, que é feito um esforço muito grande, reconheço que o andar aqui para a frente muitas das vezes como tentar satisfazer e calar algumas bocas que possam ser um pouco mais ou menos incomodas, em termos de obra que não é feita, quantas vezes aqui lançaram nesta Câmara e dizem assim, mas então onde é que estão aquelas promessas? Penso que é de bom censo dizer assim, dentro daquilo que há, o que é que se tem feito? O que é que a Câmara já conseguiu em termos de funcionamento do seu quadro de pessoal dos seus serviços, o que é que já conseguiu rentabilizar? O que é que já conseguiu melhorar? E aí sim, o que é que conseguiu poupar nas luzes, nas águas em tanta coisa, sem com isso prejudique a atractividade do nosso Concelho a quem nos visita, leia-se turismo ou outra coisa qualquer, e isso de facto é que digo o estar a vender neste momento, olhe devia-se vender sabe o quê? O convento de Seiça, comprou-se não sei para quê, para estar a cair, olhe se calhar devia-se estar a vender sabe o quê? O Paço de Maiorca, comprou-se não sei para quê. Esses investimentos, que muitas vezes fizeram e hoje são património que estão aqui a pesar e a cair e a dar uma péssima imagem do nosso Município para quem nos visita, a dizer que não olhamos para a nossa cultura, nós olhamos e temos muito prazer e muito gosto em ser Figueirenses, não temos é meio para lhes lavar as paredes e pôr-lhe os telhados, e isso é que não deve continuar a ser feito e ter uma atenção muito em particular sobre esse facto, esses investimentos na altura foram considerados investimentos e que hoje em dia não são investimentos, são uma dor de cabeça e a ruína da própria Câmara".-----

Presidente da Assembleia, disse: "Senhor Deputado Doutor António Padrão".-----

António Padrão, disse o seguinte: "Certamente não ouviu exactamente aquilo que disse, quando falei na alienação de património, disse preferencialmente para suportar, para pagar encargos financeiros, não vai nesse sentido. De resto a Figueira não está acima do País, se o País o vai fazer. Uma pequena nota, por mais atenção que queiram dar, o Deputado Nogueira Santos focou isso, convocaram outras pessoas, as despesas com pessoal, o que é certo é que a legislação



laboral não permite, o mínimo de flexibilidade nesse sentido, o mesmo quadro de pessoal que esta e outras Câmaras Municipais dispõem para períodos de grande euforia económica e para grandes, volumes de trabalho é exactamente o mesmo que para um período de recessão, portanto, ou seja, por aí não vale a pena perderem tempo, pelo menos com esta legislação laboral".-----

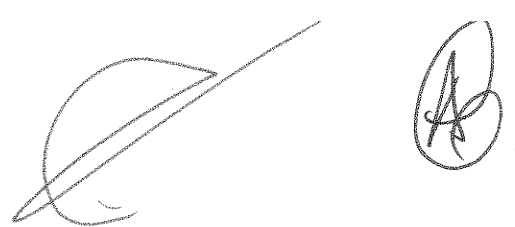
Presidente da Assembleia, disse: "Senhor Deputado João Paulo Tomé".-----

João Paulo Tomé, interveio dizendo: Há pouco em conversa e ali em baixo lembrei-me daquilo que se fazia em África, e garanto-lhes que se poupa dinheiro, sem ser cortar no pessoal. Dou-vos um exemplo concreto: uma máquina daquelas que vai às Freguesias fazer obras, vai daqui, ia para a Freguesia, mas chegava lá já tinha metade do combustível gasto, em vez de fazer como nós fazíamos em África, a máquina ia e levava um bidonzinho e nós sabemos quantos litros leva aquilo e é fácil de controlar. A máquina escusava de fazer uma viagem de retorno para vir reabastecer. Chega lá e o desgraçado do homenzinho condutor da máquina, tem que ir almoçar a casa, e vai como? Não vai de bicicleta, nem vai a pé, vai na retroescavadora a casa almoçar. E, depois chega ao fim do dia de trabalho tem que vir picar o ponto aqui, e vem como? De retroescavadora. Meus caros amigos, dez horas do trabalho marcadas no ponto, resumem-se a duas horas de trabalho efectivo, e a três depósitos de combustível gastos, sem fazerem nada. É aqui que se tem que poupar".-----

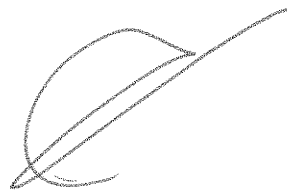
Presidente da Assembleia disse "Muito Obrigado".-----

"Não havendo mais inscrições para este ponto, Senhor Presidente da Câmara se faz favor".-----

Presidente da Câmara. interveio dizendo: "Registo com agrado, algumas das sugestões que foram apresentadas, algumas delas já estão em curso, nomeadamente esta última, há uma reestruturação de brigadas e de equipa, rentabilizando de rentabilização dos recursos, quebra de rotinas e é por aí que nós temos que sair do beco. Quando digo que estamos num beco sem saída, é dizer aos Senhores Deputados que, efectivamente, ainda temos que diminuir mais a despesa. E, que nós pudemos gabar, dizer aí a custatividade com a Câmara, diminuimos onze por cento, portanto satisfizemos os vossos apelos, isto é insignificante no corpo geral da despesa, porque quando entramos na despesa a sério, aí com certeza também gostaria de ouvir e se tivermos que o fazer, vamos com certeza ter de que o fazer, poder sentir algum conforto da vossa parte, porque não vai ser fácil fazer isso. Entendam este meu beco sem saída, quando a há saída, há saída mas a



saída é dolorosa, um pouco à semelhança do País e todos nós sabemos, que os tempos que se avizinham serão mais difíceis. Na questão do pessoal, ela já foi discutida por várias vezes, os sinais são de diminuição, temos a consciência de qual é o pláfom, ainda não preenchemos todo o quadro de dirigentes, poderemos, se assim o entender, por imposição da Troika e se calhar até é oportuno alguma reformulação, mas ainda assim, com o preenchimento das vagas que temos, ainda podemos dar satisfação a mais essa obrigação, salvo erro da redução de dez por cento ou quinze por cento do quadro de pessoa dirigente. Como sabe, Senhor Deputado, a única questão é mesmo os chefes de serviço, porque no resto foi substancialmente diminuído, em relação ao figurino anterior quer em termos de Chefes de Director de Departamento, quer em termos de Chefes de Divisão, não vamos preencher as vagas, vamos respeitar o compromisso que assumimos convosco no Plano de Saneamento Financeiro, porque isso é fundamental para o equilíbrio, mas também vos digo, custa muito receber as pessoas ali no meu gabinete e já lá passaram trinta e agradecer pessoalmente a colaboração que deram à Câmara por oito e nove anos e dispensar os seus serviços. E eles perguntaram o que é que vou fazer agora? E enfim, fazer dois ou três telefonemas para empresários locais para ver se consigo colocar as pessoas. Não é fácil. Uma nota também para vos dizer que, efectivamente, houve uma subida de receitas correntes, já com os dados de Maio na ordem dos três vírgula cinco por cento de receitas globais, na ordem dos seis vírgula sete por cento e ainda assim a despesa corrente diminuiu um por cento e a despesa global diminuiu sete vírgula quatro por cento. Agora sim, vamos entrar na parte mais difícil, também já aprendemos alguma coisa em termos de racionalização, estamos a operacionalizar meios para, nomeadamente, na questão que foi aqui abordada e estamos atentos também a outras práticas que já vinham do passado, rotinas que ainda não surpreendemos mas que queremos quebrar, porque é preciso perceber e é preciso entender onde é que está o gasto excessivo. A Lei das Finanças Locais, nada têm haver com a gestão do País, porque o Estado pode aumentar os impostos e com o aumento de impostos aumenta as suas receitas, nós estamos verdadeiramente limitados e circunscritos à Lei das Finanças Locais. E a Lei das Finanças Locais até é bom documento, foi é mal usado, antes de aparecer e depois de surgir em dois mil e sete, porque a primeira preocupação da maior parte dos Municípios, foi destorcer a lógica da Lei das Finanças Locais, aumentaram o nível de endividamento, passar dos cento e vinte, para os cento e oitenta capiendo nas despesas correntes confrentingues



com predes e com dívidas e com assunção de despesas que não estavam definidas na receita, porque se o Estado dá um vírgula cinco é um virgula cinco que deve ser exercido em termos de despesa, não é demagogisticamente ter mais dois ou três em cima, porque até a Câmara tem essa função. Reparem que as Autarquias ao longo de outros tempos têm assumido uma série de transferências de competências e que está devidamente equilibrada e nós temos exemplos de Municípios, que fazendo esse exercício, com bastante rigor, hoje estão perfeitamente tranquilos. Onde é que a coisa desregulou? Foi querer-se ir mais além, foi querer-se satisfazer, foi querer foi não pensar, foi pensar e esgotar o futuro no presente, e foi isso que se fez no passado. Esgotou-se, o futuro que agora vamos ter que viver em todo o presente do passado, e portanto agora não temos outra saída senão ter que assumir alguns sacrifícios, por conta das irracionalidades do passado. Bom, e já estamos no plano de redução de gastos de iluminação pública, vamos ainda pegar no sistema de recolha de resíduos sólidos, enfim, e espero que seja possível e ainda assim acredito que possa ser possível, mas aqui estaremos para dar conta e para prestar contas".-----

Presidente da Assembleia, disse: "Muito obrigado Senhor Presidente".-----
"Damos por terminado todas intervenções sobre este ponto da nossa ordem de trabalhos".-----

5 - Apreciação das seguintes propostas da Câmara Municipal:

5.1 - Plano de saneamento financeiro - ajustamento cronológico

Presidente da Assembleia, interveio dizendo: "E assim sendo, passávamos ao ponto seguinte que se trata, de discutirmos o Plano de Saneamento Financeiro, ajustamento cronológico que foi apresentado na Sessão de Câmara extraordinária de catorze de Junho, e foi aprovado por maioria, de quatro votos a favor dos Vereadores do Partido Socialista e cinco abstenções dos votos da oposição PSD e Movimento Cem por Cento. Portanto, passava desde já a palavra aos Senhores Deputados, Senhor Deputado António Padrão faz favor".-----

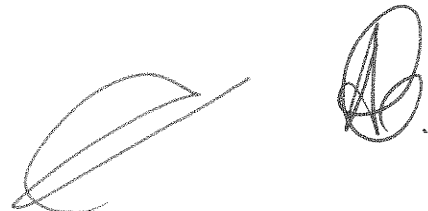
António Padrão, interveio dizendo: "Começava por fazer um pequeno comentário ao Edital. Plano de Saneamento Financeiro, refere ajustamento cronológico, realmente há um reajustamento cronológico, mas há alterações substantivas na parte dos números, no quantitativo das rubricas que nos são aqui apresentadas e que foram sujeitas a uma revisão. Antes porém, gostaria de dizer o seguinte: já falámos hoje, temos falado noutras Assembleias Municipais, nos jornais, todos os dias, ou quase todos os dias, ouvimos referências às dificuldades de tesouraria



da Câmara Municipal. Sou franco, não encontro nenhuma razão objectiva, nenhuma a menos que me seja explicada e que seja convincente. Não encontro nenhuma razão objectiva para que o Plano de Saneamento Financeiro, cujo o fundamental estava feito em Setembro de dois mil e nove, estejamos hoje aqui, em Junho de dois mil e onze, a aprovar uma alteração ao referido plano. Não existe nenhuma razão, absolutamente nenhuma, é que dá noção que o Executivo não priori sou Saneamento Financeiro da Câmara, enfim, podemos interpretar isso com alguma acomodação à situação que todos, nós sabíamos que a situação económica e financeira da Câmara era extremamente difícil, em particular na vertente de tesouraria e pergunto, mas para quê este tempo todo? Pela qualidade técnica do documento? Não foi certamente. Nem transmite grande credibilidade, como é fácil de demonstrar. Na realidade, para ser franco já não sei se trata de Saneamento Financeiro se um mero empréstimo. Uma primeira nota, diz respeito ao facto de não ver nenhuma razão, nem o documento é denso nem é exigente, nem precisa de muitos dias para se fazer. Não entendo sinceramente, é que as circunstâncias actualmente são piores, naturalmente, não é. É que todo este tempo que levou, sem justificação, do meu ponto de vista, salvo melhor opinião, levou a circunstâncias de taxas de juros mais elevadas e ao acumular da dívida de curto prazo, porque na anterior versão de Outubro de dois mil e dez, nós tínhamos trinta e três vírgula vinte e nove milhões de euros, dívidas a curto prazo, em Outubro de dois mil e dez na versão aparentemente final do Plano de Saneamento Financeiro. Fechamos contas com trinta e quatro em trinta e um de Dezembro de dois e dez com trinta e quatro vírgula sete milhões de euros dívidas a curto prazo, e se formos analisar agora o balancete de Janeiro a Março em sede de dívida a curto prazo, vamos em trinta e sete ponto cinquenta e nove. Esta situação era perfeitamente dispensável, a menos que a Senhora Vereadora do Pelouro tenha a referência de me explicar, e de me explicar que assim não é, e eu convidava-a a isso. Este é um primeiro aspecto que é decisivo, porque realmente as dificuldades de tesouraria existem, mas não houve priorização do Município em arrancar com o Plano de Saneamento Financeiro e não entendo porquê? O segundo aspecto que gostaria de referir, tem haver com a idoneidade do trabalho. O trabalho apresentado, não quero afirmar que a empresa que levou a cabo, não seja credível, mas também tenho muitos motivos abona muito pouco a favor da sua credibilidade, isso tenho. Porque reparem, no âmbito das receitas correntes e isto muito rapidamente para os próximos três anos dois mil e onze, dois mil e doze e dois mil e treze, porque o futuro é muito difícil de o



adivinharmos. Para estes três anos a proposta actual implica cerca de oitenta e um vírgula cinco milhões de euros, dois mil e onze, dois mil e doze, dois mil e treze. A proposta anterior, daí que o ajustamento não é só cronológico conforme, induz a agenda de trabalhos, o parceramento anterior tinha noventa e dois vírgula um milhões de euros, para dois mil e onze, dois mil e doze e dois mil e treze, estou a falar de receitas correntes, em dois mil e dez foi em vinte seis vírgula sete milhões de euros e assim provavelmente há-de continuar ou diminuir, daí que me é difícil de compreender, tendo sido tão difícil, quer perante a própria empresa com a qual tivemos ocasião de reunir suficientemente vezes, como para com o próprio Executivo, era extremamente difícil imprimir algum realismo. Mas eis, quando a empresa dá um golpe fácil nesta versão actual, para meramente de ajustamento cronológico, e dá um golpe face com uma diminuição de dez vírgula seis milhões de euros nas receitas correntes para os próximos três anos. Perguntam-me, mas isso tudo tem haver com a situação do País, mas a situação do País era a que é. Dez vírgula seis milhões de euros, em dois exercícios e meio, é um montante muito significativo, e acho que a empresa faz isto com grande facilidade, ou seja, há aqui movimentações de montantes que são, desculpem a expressão, mas parece-me que é com alguma ligeireza, sem querer ferir profissionalmente as pessoas nesse sentido. Vamos para a despesa corrente e a proposta actual, o que resta de dois mil e onze, dois mil e doze e dois mil e treze, ascende a setenta vírgula sete milhões de euros. A proposta anterior, que tem meses, previa menos dez milhões de euros, mas foi a muito custo que lá chegámos, ou seja, esse caminho para a realidade foi penoso, e agora a empresa vem, o estudo e o Executivo com um valor significativamente diferente, em dois exercícios e meio. Em dois mil e dez foram vinte e três vírgula seis milhões de euros de despesa corrente, embora a não paga tivesse sido oito ponto três, mas há-de andar por aí também a despesa corrente, há-de andar por aí pelos vinte e três milhões de euros, e não tanto de certo pelos vinte sete ou pelos vinte e oito. No que diz respeito às despesas de capital, a actual proposta propõe-se excluirmos o empréstimo dos trinta milhões de euros, aproximadamente onze vírgula cinquenta e sete milhões de euros. Para dois mil e doze nove ponto setenta e sete para dois mil e treze doze vírgula dois, num total de receitas de capital previstas de trinta e três vírgula cinco milhões de euros, excluindo o empréstimo. Mas o Plano de Saneamento Financeiro presente, propõe mais dezasseis milhões de euros, propõe concretamente dezassete ponto setenta e sete entre dois



mil e onze, doze e treze. Quando chegamos às despesas de capital, sinceramente o que me oferece é fazer uma reflexão, e simultaneamente colocar-vos uma ou duas questões. Com este documento aprovado e com o presente documento, das duas uma, ou se acredita que é um bom Plano de Saneamento ou então é uma forma de obtermos o empréstimo sem qualquer tipo de Saneamento, das duas uma, não há duas formas de ver isto, mas atenção porque se acreditamos que o que está vertido neste documento pressupõe ser um Plano de Saneamento, então meus caros amigos, a situação económica e financeira da Câmara não é má, porque o mesmo Plano, se é de Saneamento, não poderá ser má, porque o mesmo Plano prevê em média, mais do que sete milhões de euros de investimento ano, durante o período de vigência do Plano de doze anos, é de fazer inveja a muitos Municípios, a ser bom o documento que está perante a nossa apreciação, exceptuando os encargos da dívida, encargos da dívida já é à parte, aliás nos próximos três anos, temos investimentos o que resta deste ano e dos próximos dois anos de trinta vírgula oito milhões de euros de investimento, portanto neste contexto não podemos dizer que a situação económica e financeira seja má, quando muito há uma crise de tesouraria já crónica, é verdade, mas não podemos dizer que seja má, gostaria que me dissessem se vêem este Plano de Saneamento como um Plano de Saneamento em si, genuíno com razoabilidade ou se não se trata de um expediente meramente para se obter um empréstimo e pouco mais".-----

Presidente da Assembleia, disse: "Muito obrigado".-----

"Senhor Presidente se faz favor".-----

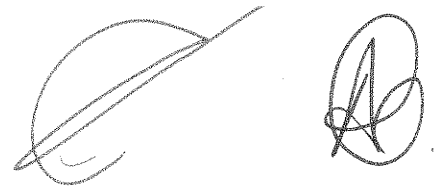
Presidente da Câmara, disse o seguinte: "Não queria interromper, mas de facto acho que este documento, pela sua natureza, merece alguma apresentação, alias porque é a segunda vez que vem a esta Assembleia. Isto não tem nada haver com a nossa vontade politica ou não, por nós, este Plano de Saneamento já estaria em execução em Dezembro. O Tribunal de Contas tem e exerce o visto sobre as propostas que são apresentadas nos termos da Lei e pode e deve pedir para a instrução do próprio processo e para o deferimento do visto, pedir os elementos que considerar necessários, os esclarecimentos que considerar necessários e praticamente este Plano em nada diverge da filosofia do Plano que já aprovamos aqui em Assembleia Municipal, é exactamente igual, está apenas actualizado em função do Orçamento de dois mil e dez, porque aquilo que era previsional passou a ser uma realidade demonstrada e portanto incorporou o próprio Plano, entretanto obtivemos uma outras receitas para o conjunto de despesas do quadro



de creme integramos também no Plano de Saneamento Financeiro e entretanto o spread tem um resvale de zero vírgula cinco e com toda a transparência também o integramos, mas o resto é exactamente igual, segue a mesma filosofia do documento que já aqui aprovamos, simplesmente considerou o Tribunal de Contas, que em vinte e quatro de Março que era necessário, porque já havia balanço, que era necessário a junção do balanço e a demonstração dos resultados previsionais para o período de saneamento. Documento que não é exigido por Lei, mas que o Tribunal pode exigir se porventura tiver dúvidas sobre a informação que está a ser vinculada, seguidamente considerou que havia umas discrepâncias entre o saldo da tesouraria apresentado no Plano de Saneamento Financeiro e nos valores constantes do balanço, é verdade porque tudo era previsional e ali já estava o reconhecimento de uma realidade, e finalmente quando nós já estávamos em Maio de dois mil e onze vem, dizer bom agora vocês que meteram o conjunto da despesa, o conjunto do financiamento em dois mil e dez e liquidaram-no em dois mil e dez, façam a mesma demonstração em dois mil e onze e entretanto actualizem, porque já não estamos em Outubro ou Dezembro que era a vossa referência, já estamos em Maio e portanto façam o favor de actualizar. São questões meramente de exigência do Tribunal de Contas, com vista de consolidar a idoneidade do documento, o Tribunal pode, na instrução de qualquer processo, requerer os documentos que considerar necessários para certificar a idoneidade daquilo que lhe é suscitado. E a idoneidade está certificada também agora e confortada pelo exercício de dois mil e dez e pelo exercício orçamental de dois mil e dez, o que nos faz ter muitas esperanças de que o Tribunal de Contas acredite na idoneidade da informação constante e na previsão que apresentamos, portanto estamos num Plano de Saneamento Financeiro, não estamos a pedir empréstimo não estamos num pred, estamos num Plano de Saneamento Financeiro, com consequências gravíssimas para o nosso exercício político. Como já foi abordado, na discussão interessante e na análise que fizemos no período anterior, portanto isto, Senhor Presidente se me permite apenas para justificar o porquê desta alteração, o resto da discussão deixo à Assembleia".-----

Presidente da Assembleia, disse: "Muito obrigado Senhor Presidente".-----

Nogueira Santos, disse o seguinte: "Depois de termos analisado esta nova versão do Plano de Saneamento Financeiro, com as alterações cronológicas, e também concordo com aquilo que o Deputado Padrão disse, e substantivas que lhe foram feitas e em termos de reprogramação da receita em função do exercício de dois



mil e dez e com a consequente acomodar a despesa, dizia que, ao analisar esta nova versão, passados estes seis meses, porque acho que o Plano de Saneamento Financeiro inicial foi votado no final do ano passado, precisamente, antes do final do ano. Passado estes seis meses, olho para isto tudo e faz-me sempre lembrar uma história que ocorreu comigo há pouco tempo e que perguntava a um amigo meu que é médico, qual a opinião dele acerca de um determinado chá que andava a ser aí apregoado como quase milagroso e, entretanto era um produto natural, e perguntei-lhe o que é que ele achava daquilo, e a resposta que obtive foi uma coisa do género, sabes a fé é que nos salva, e de facto olhando para aqui para o Plano de Saneamento Financeiro fico com esta sensação, de que realmente é preciso ter fé que o Tribunal de Contas aprove este Plano de Saneamento Financeiro, que de facto isto não tenham sido manobras, este pedido de elementos e este andar para cá e para lá não seja pura e simplesmente para dilatar prazos e para ir iludindo a questão. É preciso ter fé que quando chegar a altura dele estar aprovado, os bancos ainda cumpram os contratos que estão e nessa altura os spreads, as euribores etc, a que preços é que elas estão. Penso que também é preciso ter fé que, realmente o dinheiro quando vier, os trinta e um milhões de euros, quando o empréstimo se consumir, ainda dê para pagar aos credores, porque ao ir como está a dívida a evoluir, os trinta e um milhões não apareceram do ar, como todos nós sabemos, os trinta e um milhões era a consolidação da dívida a fornecedores e consequentemente para o valor da dívida na altura que se começou a elaborar o Plano de Saneamento Financeiro. Agora não chegará, aliás na troca de correspondência entre Município e o Tribunal de Contas, fala-se que a dívida não pode ir a fornecedores acima de cinco milhões de euros, porque no fundo é para respeitar um prazo de sessenta dias de pagamento, a Câmara obriga-se a fazer pagamentos a fornecedores a sessenta dias, o que daria os tais cinco milhões de euros. Hoje se vierem os trinta e um, se a Câmara liquidar tudo como a dívida, já está em trinta e quatro, já há três milhões que fica logo a somar para isso. Depois é preciso realmente ter fé que a Câmara consiga ter superáveis que dê depois para cumprir os planos do serviço da dívida. O Senhor Presidente falou que houve meio ponto percentual do aumento do spread, aquilo que me recorde é que as projecções foram feitas com um total de encargos, portanto um total de juros de cinco por cento e agora passou para sete por cento há conta, sim é o que está aqui, há conta por exemplo da euribor só de Janeiro para agora, já tem meio ponto percentual de agravamento que é a euribor



a seis meses. Portanto, nessas circunstâncias, o que acontece é que dois por cento dão um acréscimo imediato no agravamento seiscentos mil euros no serviço da dívida, neste caso concreto só da parte de encargos financeiros. Portanto, nestas circunstâncias, realmente olho para aqui e verifico, que de facto, e aliás não me querendo estar a repetir a receita corrente cai do anterior Plano de Saneamento Financeiro, para valores superiores a dois milhões e quatrocentos mil por ano, consequentemente a despesa corrente, porque tinha que acomodar naturalmente, e aqui também cai em valores superiores a dois milhões por ano, isto no somatório dos anos em análise. Nós estamos a falar acima de trinta e cinco milhões de euros de redução na receita, só estou a falar em receitas e despesas correntes, porque as de capital aí muito sinceramente, não vou olhar para isso, porque corte acima na receita e na despesa em baixo, porque não acredito em planos de execução de despesas de investimento de oitenta e tal milhões de euros. Portanto, nessas circunstâncias, só aqui nas despesas correntes, acontecem estas diminuições drásticas, se por acaso trouxesse para aqui as diferenças entre este Plano de Saneamento Financeiro e aquele primeiro que nos foi apresentado, aquela primeira versão nós tínhamos aqui reduções de mais de cinquenta por cento, no montante daquilo que era esperada há seis meses e aquilo que se faz agora. Não estou a criticar, estou a constatar, porque acho que isto começa a raiar a zona do não exequível, é de facto um tremendo exercício de gestão e de contenção que a Câmara se está aqui a comprometer, e portanto este ajustamento no Plano de Saneamento Financeiro não é só cronológico, se o outro era extraordinariamente exigente, este aqui não é menos, em todos os itens da despesa, aqui há um exercício extraordinário de corte e de redução. Portanto, nestas circunstâncias, assumo aqui, claramente que perante a dúvida que tenho e perante as dúvidas que temos relativamente à capacidade destes trinta e um milhões, não poderem vir a sanear financeiramente a Câmara e a situação não ser possível obter aquele nível de contenção na despesa e podemos novamente entrar em derrapagem, tenho que assumir claramente que a minha posição e a posição da minha bancada vai ser, nós preferirmos trocar a dívida de fornecedores por dívida à banca e sanear a quantidade enorme de fornecedores, associações e outras entidades de quem a Câmara é devedora e que aguardam por esse dinheiro para se sanear as suas próprias finanças locais e o tecido empresarial da Figueira da Foz. Votámos favoravelmente o Plano de Saneamento Financeiro há seis meses e nessa altura pedimos aqui, publicamente, uma situação



ou fizemos depender o nosso voto de uma situação que o Senhor Presidente da Câmara se comprometeu, que era o caso do Plano de Saneamento Financeiro fosse aprovado, naturalmente apresentaria de imediato um Orçamento rectificativo a esta Assembleia, para rectificar aquilo que em nosso entender estava completamente desfasado entre o Orçamento de dois mil e onze e o Plano de Saneamento Financeiro, agora eu, Senhor Presidente não lho vou pedir porque parece-me a mim que em ofício do Tribunal de Contas de vinte oito do quatro de dois mil e onze, se diz e se me derem dois minutos, leio rapidamente o seguinte: conforme resulta do mapa de controle orçamental da despesa, está directamente relacionado com facto de se ter aprovado um Orçamento sobreavaliado, o que permitiu autorizar despesas para as quais dispunha de cabimento orçamental sem contudo, arrecadar receitas suficientes para o seu pagamento promovendo, desta forma a acumulação de dívida a fornecedores com reflexos directos no desequilíbrio financeiro da entidade. Este procedimento origina falta de consistência entre os modelos, uma vez que o Orçamento aprovado para dois mil e onze nada tem a ver com os valores considerados em sede do mapa de fluxos de caixa previsional, acrescento que aquele documento continua a apresentar-se sobreavaliado, situação que possibilita a manutenção dos status anterior, isto é registo de cabimentos e compromissos para as quais existe dotação, sem a necessária disponibilidade de meios financeiros para os correspondentes pagamentos, desta forma pelo menos no Plano teórico, a Autarquia pode cumprir o Plano de Saneamento Financeiro e continuar a aumentar a sua dívida, assim sendo, entende-se que o Orçamento aprovado para dois mil e onze deverá ser revisto e ajustado à realidade das cobranças históricas para, por essa via se evitar a existência de graus de execução orçamental reduzidos com a consequente margem para cabimentação de compromissos, sem disponibilidade para o respectivo pagamento, conforme antes referido, citei. Portanto Senhor Presidente, penso que o Tribunal de Contas já lhe pediu precisamente essa breve rectificação, nós mantemos o nosso sentido de voto, também esperando a conciliação entre esses documentos, no sentido de tornar isto tudo de uma forma absolutamente coerente".

Presidente da Assembleia, disse: "Muito obrigado Senhor Deputado".-----

Nuno Biscaia, interveio dizendo o seguinte: "Nós estaríamos para não intervir, até porque achamos que é de muita coerência a aprovação deste documento, uma vez que em nossa opinião, comunga da mesma filosofia e espírito daquele que anteriormente já foi aprovado por esta Assembleia, de qualquer das maneiras,



parece-me que e tenho pena que já não esteja aqui na intervenção do Senhor Deputado António Padrão, na primeira parte da sua intervenção é de elementar justiça, corrigir as suas próprias palavras, de facto não me parece que ele tenha sido muito feliz ao afirmar que este Executivo não priorizou este Plano de Saneamento Financeiro. Acho que este Executivo priorizou demais até este Plano de Saneamento Financeiro, mas priorizou também o dialogo, priorizou também a negociação, priorizou também os sucessivos adiamentos que foram sempre pedidos pelas forças da oposição, forças políticas, muitos deles infundados outros fundados e que levou a que demorasse mais do que previsto à aprovação do Plano de Saneamento Financeiro. Para ter uma ideia, este Executivo terá tomado posse no final de Outubro de dois mil e nove, início de Novembro, com uma Câmara Municipal em estado financeiramente que já é do conhecimento de todos caótico, teve imenso trabalho com o Orçamento, com a revisão das taxas e, em Abril de dois mil e dez, passados poucos mais de quatro meses, iniciou os trabalhos. Em Junho de dois mil e dez os trabalhos estavam concluídos, com tudo após novos adiamentos suscitados pelas forças da oposição, a penas no final de Agosto, o documento estaria pronto para ser analisado, e contando com estas delongas todas, só em Novembro é que realmente o documento foi aprovado por esta Assembleia. Por isso parece de elementar injustiça, e no fundo falta de honestidade intelectual, as palavras proferidas pelo Deputado António Padrão. Se quem não priorizou, este Saneamento Financeiro, foram os Executivos anteriores e tenho pena que o Senhor Deputado António padrão não esteja aqui para lhe dizer isto olhos nos olhos, porque desde dois mil e cinco que este Saneamento Financeiro já vinha sendo reclamado, até pelo Partido Socialista, enquanto força da oposição e ele nunca foi feito e se tivesse sido feito, se calhar teria sido bom para todos, teria sido bom para a Figueira, teria sido muito mais barato para todos, e mais porque é que o anterior Executivo não o aprovou, falta de coragem política Senhores Deputados, assobiaram para o lado e não enfrentaram o problema de frente, este Executivo não é assim, este Executivo não se comporta assim, muito embora saiba que enfermem medidas restritivas e medidas que podem ser prejudiciais à sua gestão".-----

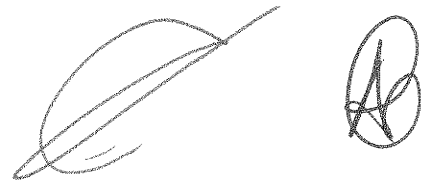
Presidente da Assembleia, disse: "Senhor Deputado Nelson Fernandes se faz favor".-----

Nelson Fernandes, interveio dizendo: "Aquilo que interessa é que nesta altura do ano, os fornecedores ainda não receberam aquilo a que tinham direito da Câmara



Municipal, é neste sentido o nosso sentido de voto não se alterou em função deste pedido do Tribunal de Contas. É evidente que há aqui um problema de tempo, por exemplo em relação ao tempo, também gostaria de ter ouvido do Doutor António Padrão falar, dizer o que disse agora quando o Engenheiro Duarte Silva trabalhava no Plano de Saneamento Financeiro, portanto isso gostava e, naquela altura, aprovava-se tudo porque eram do PSD, tal como agora os Senhores do PS aprovam tudo, porque são do PS, independentemente de as coisas serem iguais, portanto o problema aqui é um problema de camisola, mas de qualquer modo o que mudou, e mudou seriamente em seis meses, foi a situação global do País, porque da primeira vez que este Plano de Saneamento Financeiro veio aqui há cuidado das nossas finanças e da nossa dívida não se punha como se põe hoje, portanto, é natural que hoje vocês têm mais experiência que eu, o dinheiro está mais caro e portanto vai-se pagar mais por sanear financeiramente a Câmara. Espero, e nisto comungo das prevenções do Doutor Nogueira Santos, e tenho de facto alguma esperança de que as coisas se resolvam pelo melhor"-----

Presidente da Assembleia, disse: "Senhor Deputado João Paulo Rodrigues".-----
João Paulo Rodrigues, disse o seguinte: "Também não era para fazer nenhuma intervenção sobre este assunto, mas também perante a intervenção altamente demagógica do Doutor António Padrão, tenho que fazer algumas considerações. E Também não era para intervir, porque acho que este Plano de Saneamento Financeiro, a menos de uma reprogramação exigida pelo Tribunal de Contas é absolutamente idêntico ao anterior, e portanto se anteriormente tivemos uma opinião, acho que esta Assembleia deve manter a mesma opinião. O Doutor António Padrão falou na incapacidade do actual Executivo para reduzir as despesas, mas esqueceu-se de referir na ligeireza que os anteriores Executivos do PSD, em aumentar essa despesa e acho que aí foi incoerente e infeliz nas afirmações que fez. Devo também dizer que, e aqui já foi referido, que interessa em honrar os compromissos da Câmara para pagar aos fornecedores, porque quando não se paga, portanto aos fornecedores e às empresas, a economia pára e cria-se graves problemas e a Câmara deve, de certa forma, honrar esses compromissos. Falar aqui em reduzir a despesa, é interessante, mas também é interessante dizer onde e como é que se deve fazer essa redução da despesa, porque é muito vago, temos que tirar gorduras aqui e ali, mas não dizemos quais são a forma de reduzir essa despesa. Se calhar até seria importante e se calhar como tenho um certo em proposta com algumas comissões, porque não criar aqui uma comissão, talvez com



peças ligadas a esta área, fossem dando ideias à Câmara Municipal, sobre as melhores formas, de reduzir essa despesa. Dizia também o Doutor António Padrão, que perante o Plano de Investimento da Câmara Municipal da Figueira da Foz, que não havia dificuldades financeiras, mas aí também se contradisse, porque disse a essência da Câmara Municipal é poder fazer investimentos e criar também obra na sua, não estou a falar obra de construção civil, estou a falar obra a todos os níveis, no seu Concelho, e portanto, se a Câmara Municipal existe para investir, tem que ter um Plano de Investimentos que justifica a sua existência. Vender património é interessante, é uma forma fácil de resolver os problemas, se calhar tinha sido mais correcto não ter adquirido esse património, porque falou-se aqui no Convento de Seiça e, por exemplo, no Paço de Maiorca que é património que está completamente em decadência, ao abandono e, que neste momento, só cria despesas à Câmara Municipal. Vendê-lo actualmente poderá ser também mau, porque vamos vender, se calhar, por um preço inferior àquele que contávamos, portanto estamos numa situação difícil, temos que vender à força e quem quer comprar vai tentar comprar pelo menor preço possível, também não sei se será uma boa solução vender património. Acho que isto merecia uma reflexão, não da Câmara Municipal, acho que isto merecia uma reflexão de todos e merecia se calhar uma reflexão dos vários partidos, porque está aqui a discutir-se o futuro da Figueira, hoje está o PS na Câmara Municipal amanhã está lá o PSD e acho que isto deveria ser um problema resolvido pelas diferentes bancadas".-----

Presidente da Assembleia, disse: "Senhor Deputado Lídio Lopes".-----

Lídio Lopes, interveio dizendo: "Já aqui hoje foram várias vezes mencionado digamos que, a venda de algum património, deveria vender-se o Convento de Seiça e o Paço de Maiorca, mas as pessoas, a Câmara Municipal, não tem só o Convento de Seiça e o Paço de Maiorca. Têm vários edifícios aí que mesmo, nesta altura poderiam ser vendidos, se calhar o negócio não seria assim tão rendoso para a Câmara Municipal, nomeadamente o edifício da Universidade Internacional que, ultimamente, segundo consta, têm sido lá instaladas algumas associações, não tenho nada contra essas associações ou instituições mas, por exemplo também tenho uma instituição, também se calhar qualquer dia também vou querer lá instalar-me se for possível. Temos por exemplo o terminal de camionagem, porque não alienar esse património? E outros edifícios, como por exemplo aquele da antiga Escola Profissional, o edifício que há aqui na Rua dez de Agosto e outros que a Câmara têm. Portanto, o Convento de Seiça, custou duzentos mil euros, será



que é isso que leva a Câmara a estar numa situação financeira como está? Talvez o Paço de Maiorca, o negócio não tenha sido o mais assertivo, mas não é só realmente o Convento de Seiça nem o Paço de Maiorca. Então por exemplo, porque não alienar ali o edifício fantástico que o Doutor Santana Lopes fez chamado CAE? Temos lá um edifício ao lado, porque não alienar esse edifício? Há outros por aí, se calhar seria um bom negócio para a Câmara Municipal".-----

Presidente da Assembleia, disse: "Senhor Deputado Doutor António Padrão".-----

Doutor António Padrão, disse o seguinte: "Seguramente que houve algum défice de entendimento daquilo que quis afirmar. O Senhor Deputado Nuno Biscaia não estava presente na sala, peço desculpa, mas pelo aquilo que me comunicaram vai-me dispensar simpaticamente lhe responder. O Senhor Deputado Nelson Fernandes devo dizer-lho seguinte: o Plano de Saneamento Financeiro que estava, que pronto em Setembro de dois mil e nove, não era nem do meu conhecimento nem do conhecimento de nenhum dos Vereadores do PSD, porque se o fosse temos um modo de actuação é aberto, ou seja, nem todos temos de ter a mesma opinião, nem todos temos de comungar da mesma pensão, digamos assim. De modo que Senhor Deputado da Nelson Fernandes, provavelmente não seria estranho acontecer qualquer coisa, como aconteceu quando do PU (Plano de Urbanização) por exemplo e desse sim tivemos conhecimento e desse sim muito de nós opusemo-nos à proposta que estava em cima da mesa, porque senão lhe garanto que hoje tínhamos PU (Plano de Urbanização) aprovado já há muito tempo".-----

António Padrão, interveio dizendo: "Na obstante das considerações prévias, quero fazer a declaração de voto, nós, vamo-nos abster, vamos comungar também desta profissão de fé anunciada ali pelo Deputado Nogueira Santos, mas disponíveis para colaborar com o Executivo e pode contar connosco para a ajuda e para a colaboração que nos for possível".-----

Presidente da Assembleia, disse: "Muito obrigado Senhor Deputado David Azenha se faz favor".-----

David Azenha, disse o seguinte: "Só para dizer que vou votar favoravelmente, por uma questão de coerência e votei favoravelmente a primeira vez e por responsabilidade, por saber a situação em que se encontram as Juntas de Freguesia, à asfixia em que elas estão, por saber como se encontram os pequenos comerciantes, por saber como se encontram as Colectividades deste Concelho e a Câmara Municipal e por solidariedade com eles voto favoravelmente, como o fiz da primeira vez".-----



Presidente da Assembleia, disse: "Senhor Deputado Nelson Fernandes".-----

Nelson Fernandes, interveio dizendo "Só para dizer que esta coisa do Plano de Saneamento Financeiro, tal como o empréstimo da Troika, só são substanciais, porque têm que ser discutidas e têm que ser aprovadas nesta altura, porque o problema não está aqui, o problema está naquilo que dá origem a estas coisas. O problema do Saneamento Financeiro da Câmara não está no Planeamento Financeiro propriamente dito, está naquilo que deu origem à necessidade de um Planeamento Financeiro, mais nada do que isso e foi nesse sentido que entrevi. Portanto não tem nada haver com o facto, porque o PSD e se calhar na óptica do PSD, aprovou aqui todo os Orçamentos e todas as despesas que deram origem a isto. Portanto tal como o PS as aprovaria se estivesse no lugar deles antes, portanto o problema não é esse, o problema é que de facto a falta de capacidade de previsão que há, em relação ao resto".-----

Presidente da Assembleia, disse: "Senhora Deputada Mafalda Azenha se faz favor".

Mafalda Azenha, disse o seguinte: "Peço a intervenção para responder ali á questão da alienação do património, nomeadamente no que respeita àquela ideia de vender o edifício da Universidade Internacional. É verdade que o edifício está aparentemente vazio de Ensino Superior e é natural que o Deputado Manuel Domingues pense que pode ser vendido facilmente e que nenhuma mais valia para a Figueira, pois consideramos, penso que de uma maneira geral, que aquele espaço é uma mais valia para que a Câmara, possa continuar percolar pela retoma do Ensino Universitário na Figueira da Foz como tem tentado e como certamente continua a tentar, portanto não é por aquele espaço que ficou vazio, no tempo dos Executivos do PSD, de Ensino Universitário que agora se vai poder vender, para depois a Câmara que, eventualmente vai conseguir trazer de novo o espaço e uma Universidade de Ensino Superior para a Figueira da Foz, tenha que, eventualmente, depois comprar um novo espaço, porque já não tem aquele que tinha e aquele que poderia ser ali colocado novamente O Ensino Superior na Figueira. Portanto, não considero que a Universidade Internacional ou aquele espaço não seja uma mais valia para a Figueira, para a Câmara e esse espaço devesse manter no património municipal, porque ele é sempre um incentivo a que se volte a ter Ensino Superior na Figueira da Foz".-----

Presidente da Assembleia, disse: "Senhor Deputado João Paulo Tomé se faz favor".

João Paulo Tomé; interveio dizendo: "Conforme a minha intervenção inicial, não poderemos votar contra o Saneamento Financeiro, porque não temos uma proposta



alternativa. Não podemos abster-nos porque entendemos que é necessário o Saneamento Financeiro, não há outra hipótese. Votamos a favor, dando o sinal de que a Autarquia poderá contar connosco para o sucesso, na obtenção dos objectivos, desde que sejam respeitados os nossos princípios políticos".-----

Presidente da Assembleia, disse: "Senhor Deputado Manuel Domingues".-----

Manuel Domingues, disse o seguinte: "Só para responder à Senhora Deputada, foi no Executivo do PSD que a Universidade Internacional fechou, mas foi um Ministro do PS que foi persecutório no fecho daquela Universidade".-----

Presidente da Assembleia, disse: "Senhor Presidente da Câmara".-----

Presidente da Câmara, interveio dizendo: "De grosso modo pouco poderei acrescentar, acho que a colaboração de todos foi extremamente interessante e é de facto o mais importante disto é tentarmos salvar aquilo que já contratualizamos com a banca. No entanto, deixo algumas notas que por referência à Vereadora Isabel Cardoso".-----

Isabel Cardoso disse o seguinte: "Só para dizer que, de facto, temos consciência que ao entregarmos o ano de dois mil e dez, como um ano que espelha a realidade do que foi aquando do seu fecho de contas, de facto este Plano de Saneamento Financeiro, nos aparece agora muito mais restritivo e muito menos optimista do que era no início. Porém queria só deixar uma nota, que sempre dissemos quando nos estávamos a basear num estudo em valores previsionais, que a monitorização e os ajustamentos do Plano eram essenciais. De qualquer das formas, hoje transparece mais, com um sentido de maior responsabilidade para este Executivo de que a sua monitorização e a sua execução. De facto é um grande desafio e é uma forma muito mais restritiva de podermos fazer política e desenvolvimento local com os dados que temos aqui em mão. Porém é isso que nos propomos, porque está em causa aqui viabilizar o tecido empresarial da própria região, dos pequenos fornecedores que junto da Câmara mantêm as suas relações, das Associações, das Colectividades, das Juntas de Freguesia, e por tudo isso vale a pena, de facto, este sacrifício e tentarmos executá-lo com o máximo de rigor que ele assim o exige".-----

Presidente da Câmara, interveio dizendo: "Para assumir aqui o compromisso perante a Assembleia que, efectivamente, em cumprimento da vossa solicitação e mais até da vossa solicitação e daquilo que é as boas práticas aconselhadas pelo Tribunal de Contas, apresentaremos o Orçamento rectificativo, e muito gosto teria em o apresentar porque era sinal, que ainda seria no decurso deste



exercício orçamental. De resto, acho que vale a pena, lutar por este plano, porque é a solução que nós temos para, arduamente, tentar resolver os problemas da nossa situação financeira".-----

Presidente da Assembleia, disse: "Senhor Deputado Nelson Fernandes".-----

Nelson Fernandes, disse o seguinte: Só uma pequena coisa, que tem haver com a venda de património que aqui foi focada, e era para dizer que penso que nesta altura pode haver algumas tentações por parte da Câmara em relação à venda de património, mas nós não estaremos disponíveis para avaliar algumas das coisas que ou a venda de todo o património. Há por aí algumas coisas que penso que nós temos que salvaguardar sempre".-----

Presidente da Assembleia, disse o seguinte: "Não havendo mais intervenções, iríamos proceder à votação. Pedia o vosso auxílio para a contagem dos votos porque ela é sempre importante, e neste caso em especial".-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com trinta e seis votos a favor (dezanove do Partido Socialista, nove do Partido Social Democrata, cinco do Movimento "Figueira 100%", um do CDU - Coligação Democrática Unitária, um do Bloco de Esquerda e um dos membros independentes) e oito abstenções dos membros do Partido Social Democrata Vítor Pais, Lídio Lopes, Isabel Sousa, António Padrão, Ana Oliveira, Azenha Gomes, Manuel Domingues e Margarida Fontoura, ao abrigo das disposições combinadas do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 07 de Março, e em cumprimento dos n.ºs 2 e 3.º do art.º 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, na sua redacção actualizada, aprovar:-----

1 - O ajustamento da vigência do Plano de Saneamento Financeiro, tomando como referência para o início da sua execução o ano de 2011, e como término o ano de 2022;-----

2 - A reformulação do Plano de Saneamento Financeiro, tomando-se em consideração na receita os fluxos financeiros correspondentes à contratação do empréstimo de saneamento financeiro e a relevação na despesa do pagamento da dívida a consolidar.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

Presidente da Assembleia, disse o seguinte: "Queria antes de terminar e uma vez que está concluída a nossa ordem de trabalhos pedir a aprovação desta acta em minuta.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a acta em minuta.-----

Presidente da Assembleia, interveio dizendo: "desejar-vos a todos umas boas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta n.º 5 da Sessão Ordinária de 27-06-2011

férias, agradecer-vos a colaboração que deram à mesa na condução desta Assembleia".-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram dezanove horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----